

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA - PPGCSA

IRACELMA MAGALHÃES DA COSTA MARQUES

A CPT E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO AMAZONAS:
EM BUSCA DO FUTURO

MANAUS

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA - PPGSCA

IRACELMA MAGALHÃES DA COSTA MARQUES

A CPT E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO AMAZONAS:
EM BUSCA DO FUTURO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociedade e Cultura na Amazônia
da Universidade Federal do
Amazonas, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Sociedade e Cultura na Amazônia,
área de concentração Processos
Sócio-culturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

MANAUS
2006

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas

MARQUES, Iracelma Magalhães da Costa.

A CPT e a questão sócio-ambiental no Amazonas: em busca do futuro./
Iracelma Magalhães da Costa Marques. – Manaus: UFAM, 2006.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia).

Universidade Federal do Amazonas.

Comissão Pastoral da Terra no Amazonas. Terceiro Setor. Questão Sócio-ambiental.
Populações Locais.

.

IRACELMA MAGALHÃES DA COSTA MARQUES

A CPT E A QUESTÃO SÓCIO- AMBIENTAL NO AMAZONAS
EM BUSCA DO FUTURO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, área de concentração: processos sócio-culturais na Amazônia.

Aprovado em 17 de novembro de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, Presidente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Joana D'Arc Ribeiro, Membro (In Memoriam)
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Profa. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira, Membro
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Manuel do Carmo da Silva Campos, Primeiro Suplente.
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Profa. Dra. Yoshiko Sasaki, Segundo Suplente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Ao meu pai José Furtado e à minha mãe
Delzuíta Costa pelo sonho que sempre
nutriram em ver suas filhas cursando uma
Universidade. Ao meu esposo e meus
filhos pelo grande carinho e paciência
pelas longas horas ausentes.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, por ter acreditado em meu potencial e me acompanhado de modo tão próximo durante essa caminhada. Por tudo o que me ensinou e, indubitavelmente, pelo tanto que contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

À Profa. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira e à Profa. Dra. Yoshiko Sasaki, pelo estímulo e pelas suas contribuições no Exame de Qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, pelo esmero e dedicação com que conduziram seus trabalhos.

Aos meus filhos Judah e Pedro que me trouxeram renovadas energias para o prosseguimento das atividades.

Aos meus pais que sempre me estimularam a estudar e não mediram esforços para que hoje eu pudesse estar onde estou.

Aos colegas pela enriquecedora convivência.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pela oportunidade de crescimento intelectual e pessoal.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela bolsa de estudos concedida.

MARQUES, I.M.C. A CPT E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO AMAZONAS:
EM BUSCA DO FUTURO

RESUMO

A pesquisa discute a visão de mundo e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Amazonas (CPT-AM) junto às comunidades ribeirinhas na luta pela posse e demarcação da terra, bem como pela conservação de rios e lagos. O estudo foi desenvolvido numa perspectiva crítica, tendo como marco teórico, dentre outros, ANDERSON (1996); BOBBIO (1992); BOFF (1986); CAVALCANTI (2003); FURTADO (1998); IANNI (1999); LEFF (2000); MCLUHAM (1989); MONTAÑO (2002) e SALAMON & ANHEIER (1992). A pesquisa de campo foi desenvolvida em dois momentos: 1) entrevista com as principais lideranças nacionais e locais da CPT; 2) análise do estatuto social, dos relatórios de atuação, dos boletins informativos e de outros documentos referentes à prática da CPT-AM. A dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro, *Origens sócio-políticas do terceiro setor: desenhando um cenário*, traz uma discussão hodierna acerca do conceito de terceiro setor, sociedade civil e desenvolvimento sustentável. O segundo, *O terceiro setor e a questão sócio-ambiental no Amazonas: uma arqueologia da CPT*, aborda a origem, o desenvolvimento e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Nacional e a CPT-AM e as especificidades das suas bandeiras de lutas, evidenciando que, além da questão fundiária, a água e o desenvolvimento sustentável são hoje preocupações da entidade. O terceiro capítulo, *A Comissão Pastoral da Terra no Amazonas: em busca do futuro* discute a visão de mundo acerca da Amazônia e do Amazonas pelos dirigentes da CPT nacional e local. Constatou-se que a CPT-AM incorpora às suas lutas tanto a defesa da posse e propriedade da terra para quem nela vive e trabalha, quanto a luta pela conservação de lagos, rios e igarapés para as comunidades ribeirinhas. Observou-se coerência entre o discurso e a prática por parte das lideranças da organização. A CPT-AM vislumbra prosseguir apoiando os projetos sócio-ambientais que sejam inclusivos socialmente e sustentáveis ambientalmente por entender serem eles vitais na construção de alternativas de vida e trabalho dignas para as populações ribeirinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão Pastoral da Terra no Amazonas. Terceiro Setor. Questão Sócio-ambiental. Populações Locais.

MARQUES, I.M.C. A CPT E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO AMAZONAS:
EM BUSCA DO FUTURO

ABSTRACT

THE CPT AND THE ENVIRONMENTAL QUESTION IN AMAZON: IN SEARCH OF THE FUTURE

This research discusses the world vision and the way of acting of the Pastoral Commission of the Land in Amazon (Comissão Pastoral da Terra CPT-AM) which works with river communities in the fight for the ownership and landmark of the land, as well as for the conservation of rivers and lakes. The study was developed in a critical perspective, having as theoretical landmark, amongst others, ANDERSON (1996); BOBBIO (1992); BOFF (1986); CAVALCANTI (2003); STOLEN (1998); IANNI (1999); LEFF (2000); MCLUHAM (1989); MONTAÑO (2002) and SALAMON & ANHEIER (1992). The field research was developed at two moments: 1) interview with the main national and local leaderships of the CPT; 2) analysis of reports and of the social statute, informative bulletins and other documents referring to CPT-AM. The dissertation is structured in three chapters: the first one, entitled *Social and Political Origins of the Third Sector: Drawing a Scenery*, discusses the concept of third sector, civil society and sustainable development. The second chapter entitled *The Third Sector and the Environmental Question in Amazon: an Archaeology of the CPT*, discusses its origin, its development and its way of acting as well as that its flags of fights, the agrarian question, the water and the sustainable development are today concerns of the entity. The third chapter, *The Pastoral Commission of the Land and The Amazon: in Search of the Future* discusses the world vision of the national and local controllers of CPT. It is proved that the CPT-AM in such a way incorporates in its fights the defense of the ownership and property of the land for the ones who live and work there, as well as the fight for the conservation of lakes and rivers. It is also observed that there is coherence between the speech and the practical from its organization leaders. The CPT-AM aims to go on creating and supporting sustainable and socially inclusive projects in the construction of alternatives of worthy life and work for the marginal populations of the Amazon Rivers.

KEY-WORDS: Pastoral Commission of the Land in Amazon. Third Sector. Social-environmental Question. Local Population.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	___	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	___	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ASC	___	Adoradoras do Sangue de Cristo
ASPAC	___	Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural
BASA	___	Banco da Amazônia
BID	___	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	___	Banco Mundial
BNDES	___	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAS	___	Centro de Estudos e Ação Social
CEB's	___	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	___	Comissão Econômica para a América Latina
CIMI	___	Conselho Indigenista Missionário
CMP	___	Central de Movimentos Populares
CNBB	___	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONIC	___	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONTAG	___	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	___	Comissão Pastoral da Terra
CPT-AM	___	Comissão Pastoral da Terra no Amazonas
CRFB	___	Constituição da República Federativa do Brasil
CUT	___	Central Única dos Trabalhadores

EIA	___	Estudo de Impacto Ambiental
EUA	___	Estados Unidos da América
FMI	___	Fundo Monetário Internacional
FS	___	Força Sindical
GPD	___	Grupo de Preservação e Desenvolvimento
GRANAV	___	Grupo Natureza Viva
IBAMA	___	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	___	Instituto Brasileiro de Estatística
IECLB	___	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
MSR	___	Movimento Social Ribeirinho
MST	___	Movimento dos Sem Terra
ONGs	___	Organizações Não-Governamentais
ONU	___	Organização das Nações Unidas
OSC	___	Organização da Sociedade Civil
PNUD	___	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
RIMA	___	Relatório de Impacto Ambiental
SUDAM	___	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	___	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TS	___	Terceiro Setor
UNCTAD	___	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento
UNEP	___	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

UNICEF ____ Fundo das Nações Unidas para a Infância

ZMF ____ Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
Capítulo 1 - ORIGENS SOCIOPOLÍTICAS DO TERCEIRO SETOR:	20

DESENHANDO UM CENÁRIO	
1.1 Introdução	20
1.2 Alguns dilemas da civilização capitalista contemporânea	21
1.2.1 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	29
1.3 O papel da sociedade civil na vida contemporânea	34
1.4 A Sociedade civil e terceiro setor	40
Capítulo 2 – O TERCEIRO SETOR E QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO AMAZONAS: UMA ARQUEOLOGIA DA CPT	57
2.1 Introdução	57
2.2 A CPT no cenário nacional	58
2.3 A CPT anfíbia no Amazonas	71
2.4 O Projeto sócio-ambiental da CPT	83
Capítulo 3 – A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO AMAZONAS: EM BUSCA DO FUTURO	86
3.1 Introdução	86
3.2 Visão de mundo dos dirigentes da CPT acerca da Amazônia no Amazonas	88
3.3 Visão de mundo, visões de mundo: Em busca do futuro	110
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	123

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo da dissertação de mestrado é o de discutir a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Amazonas (CPT-AM) junto às comunidades ribeirinhas na luta

pela posse e demarcação das terras, bem como pela conservação de rios e lagos, procurando deslindar sua visão de mundo e prática social de sua intervenção.

O estudo faz parte da linha de pesquisa número três do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, promovido pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, qual seja: Sociedade, Estado e Políticas Públicas na Amazônia.

Buscar compreender a visão de mundo e a prática social da intervenção da CPT-AM nos pareceu oportuno, na medida em que a realidade sócio-ambiental no Estado do Amazonas desafia a todos os atores sociais a construírem caminhos que levem a uma nova racionalidade diferente da que tem sido produzida e reproduzida, desde o início do capitalismo como processo civilizatório. A racionalidade desse modo singular de produzir, reproduzir material e simbolicamente a vida está centrada na dinâmica da expansão e crise do capital, geradora de pobreza, de desigualdades e de violência.

O estudo é relevante do ponto de vista social, pois trará novos elementos que auxiliarão na análise da longa trajetória de lutas da CPT em torno da questão da terra e da água. A CPT no Amazonas, desde a sua fundação, tem se mantido ao lado dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, pela conservação dos rios, lagos e igarapés e em defesa dos direitos humanos das populações amazônidas.

Do ponto de vista científico, o estudo é importante porque ainda não se conhece em profundidade a dinâmica das relações envolvendo os atores sociais representativos dos grupos que lutam pela posse da terra e da água e as instâncias do poder público. A complexidade das questões relacionadas à terra e à água na

região têm crescido enormemente sem que, no entanto, as pesquisas científicas tenham acompanhado tal crescimento.

Este estudo possibilitou levantar uma relativa quantidade de novos dados e articular teoricamente as discussões com relação à atuação da CPT, uma das mais atuantes Organizações Não-Governamentais (ONG's) na Amazônia, tendo como foco central da investigação a visão de mundo e a prática social de sua intervenção.

Buscando um melhor delineamento do objeto da investigação, o estudo procurou focar os seguintes aspectos: a) apresentar a origem, formação e desenvolvimento da CPT-AM no contexto histórico da crise dos regimes autoritários dos governos militares, e na afirmação da sociedade civil e emergência do terceiro setor; b) evidenciar as relações intrínsecas entre o terceiro setor e a questão sócio-ambiental no Estado do Amazonas, considerando, no âmago das discussões, a atuação da CPT-AM; c) evidenciar a visão de mundo e a prática social da CPT-AM como projeto de mundo, considerando-se as suas intervenções junto às comunidades que lutam pela terra e pela água.

Para o desenvolvimento do estudo, optamos por enfatizar no primeiro capítulo dois aspectos: primeiro, nos filiarmos a uma linha teórica que buscasse compreender melhor a atuação da CPT-AM, considerando sua dimensão sócio-ambiental para, em seguida, discutir sua visão de mundo e prática social de sua intervenção no Amazonas.

A trajetória nos pareceu mais interessante quando pudemos, no desenvolvimento deste primeiro aspecto, contextualizar o momento histórico do surgimento da CPT, discutindo quatro dilemas que a civilização capitalista nos impôs hodiernamente: 1) o dilema econômico, decorrente da mundialização da economia e

sua mais nova faceta, o neoliberalismo; 2) o dilema político, resultado do apequenamento do Estado; 3) o dilema social, consequência das enormes desigualdades sociais e 4) o dilema cultural, decorrente da globalização. Apesar de apresentá-los separadamente, sempre nos foi claro que pensar cada um desses processos isoladamente é um equívoco, pois estes se inter-relacionam como se formassem uma espécie de feixe, com feições próprias e agindo de maneira integrada.

Para a discussão destes dilemas buscamos nos guiar pelos estudos de Celso Furtado (1998) que apresenta as origens históricas do capitalismo e suas implicações, tanto no plano global quanto no nacional e no local. Em seguida, norteados pelos estudos de Octávio Ianni (1999) e McLuhan & Bruce Powers (1989), apresentamos uma discussão acerca dos conceitos de mundialização da economia, para nos referirmos aos aspectos econômicos e, de globalização, entendida como dimensão cultural, onde procuramos enfatizar suas diferenças e semelhanças. Nesse momento da análise, tivemos a preocupação em demonstrar, acudindo-nos nas reflexões propostas por Perry Anderson (1996), os efeitos nefastos de uma das facetas mais recentes do capitalismo: o neoliberalismo. Durante a construção desta análise procuramos demonstrar os efeitos negativos da lógica/racionalidade capitalista para as comunidades ribeirinhas que ousem pensar e buscar construir relações de produção e reprodução material alternativas.

Construir uma nova racionalidade no trato das questões relativas aos homens e mulheres que vivem na e da terra e água no Estado do Amazonas nos pareceu ser, além de necessário, urgente. Neste sentido, excelentes contribuições são dadas por Enrique Leff (2000) e Clóvis Cavalcanti (2003), no que se refere a como ser possível construir-se esta nova racionalidade. Os modelos produtivos historicamente

adotados na Amazônia em geral e no Estado do Amazonas, em particular, conhecidos como projetos de enclave, a exemplo do Projeto Pitinga, Projeto Grande Carajás, Projeto Jarí, Projeto Balbina, entre outros, têm demonstrado ser concentradores de renda, ineficientes economicamente, degradadores do meio ambiente, além de trazerem fome, conflitos, doenças e êxodo rural para as comunidades que vivem no seu entorno. Como alternativa a essa lógica propõe-se uma nova tecnologia econômico-ambiental, a qual Enrique Leff (2000) chamou de ecotecnologia, isto é, uma tecnologia e uma prática ecologicamente sustentáveis. Pudemos constatar que a CPT, tanto a nacional quanto a local, corroboram com esta proposta ao defenderem que todo e qualquer projeto deva ser pensado conjugando-se os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais.

A CPT-AM inclui-se na relação das organizações da sociedade civil pertencentes ao terceiro setor. Os estudos acerca do conceito de sociedade civil foram baseados nas obras de Norberto Bobbio (1992), Alberto Oliva (2004) e Antônio Gramsci (1979). Para estes autores, o conceito de sociedade civil passou por várias transformações desde as primeiras noções surgidas ainda no Período Clássico da história da Grécia e de Roma. Para estes, assim como para os jusnaturalistas do século XVII o conceito de *societas civilis* deveria ser usado em referência à sociedade política ou Estado, em contraposição ao de *societas naturalis*, caracterizada pelo predomínio das leis naturais, sem organização jurídico-administrativa. Com Karl Marx, no séc. XIX e, posteriormente com Antônio Gramsci, no século XX, ocorre a grande dicotomia entre a idéia de sociedade e a de Estado. Na América Latina e no Brasil, mormente após o advento dos regimes autoritários dos governos militares na segunda metade do século passado, o conceito sociedade civil tem sido usado em contraposição ao de Estado, inclusive como sinônimo de resistência.

Hodiernamente, temos verificado uma tentativa de associar a idéia de sociedade civil à idéia de terceiro setor. Interessantes estudos têm sido publicados, tanto no Brasil quanto no exterior, em relação a esta temática. Nesta pesquisa, usamos como referência, entre outros, os seguintes estudos: Carlos Montañó (2002), Lester Salamon & Helmut Anheier (1992), Rubem César Fernandes (1994), Maria da Glória Ghon (1997) e Leilah Landin (1993). Para todos eles, o primeiro setor seria o Estado e o segundo setor, o mercado. O terceiro setor apresentaria características de ambos. Portanto, genericamente, o terceiro setor é visto como derivado de uma conjugação entre as finalidades do primeiro setor e a metodologia do segundo, ou seja, composto por organizações que visam benefícios coletivos, mas são de natureza privada, não são integrantes do governo e não têm como objetivo o lucro.

O segundo capítulo discute o surgimento e o desenvolvimento da CPT-AM, uma das organizações de maior visibilidade na luta pela terra, pela água, pelo fim da violência no campo e por direitos humanos. Seu engajamento em prol dos grupos sociais que vivem na e da terra, rios e lagos é um fenômeno sócio-político claramente percebido. Criada em pleno regime dos governos militares que perduraram no Brasil entre 1964 e 1985, ela foi se consolidando ao longo desse período. A partir dos anos 80, quando da crise desses regimes e do reaparecimento da força da sociedade civil, ela se torna uma das organizações mais combativas do Brasil, da Amazônia e do Amazonas. Os dados utilizados na construção do segundo capítulo foram obtidos através da pesquisa de campo. Nesta etapa da pesquisa ouvimos as principais lideranças nacionais e locais da CPT e analisamos o estatuto social, os relatórios de atuação, os boletins informativos e outros documentos referentes à prática da CPT-AM.

No terceiro capítulo, *A Comissão Pastoral da Terra(CPT) no Amazonas: em busca do futuro*, discutimos a visão de mundo acerca da Amazônia e do Amazonas pelos dirigentes da CPT nacional e local. Fazem parte desta construção, entre outros, a concepção de homem, de mulher, de natureza, de religião, de meio ambiente e de sociedade. Entende-se por visão de mundo a maneira como um grupo social e/ou classe social enxerga o universo e constrói referentes sócio-culturais acerca de tudo o que permeia suas vidas e seu cotidiano. Neste sentido, o sistema de crenças e valores, associado aos processos de reflexão-ação-reflexão, se constituem em elementos essenciais na busca de compreensão desta visão.

A presente pesquisa não pretende traçar um perfil exaustivo e definitivo da CPT-AM, mas apresentar elementos que contribuam para o deslindamento acerca da sua visão de mundo e prática social de sua intervenção.

Capítulo 1 **ORIGENS SÓCIOPOLÍTICAS DO TERCEIRO SETOR: DESENHANDO UM CENÁRIO**

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que, nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. **(Preâmbulo da Carta da Terra)**

1.1 Introdução

A discussão acerca do conceito de terceiro setor tem sido bastante intensa. Dentre as muitas concepções existentes atualmente, duas se destacam. De um lado estão os que reconhecem sua força mobilizadora de recursos econômicos, de

peças e de comunidades, porém questionam sua emergência, denunciando o aprofundamento do Estado frente as enormes desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. De outro, há os que o defendem por acreditarem que ele detém papel central nas discussões e encaminhamentos das questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Além disso, este segundo grupo o vê como uma conquista da sociedade civil.

Diante da polêmica estabelecida, acredita-se ser oportuno trazer novos elementos para as discussões acerca do conceito de terceiro setor, com o intuito de aprofundar a compreensão da temática. Nesse sentido, este capítulo pretende discutir algumas questões consideradas relevantes acerca da gênese e da formação do conceito de terceiro setor.

Na seção intitulada *Alguns dilemas da civilização contemporânea*, o texto apresenta uma discussão a partir de quatro grandes dilemas que o capitalismo impôs às sociedades nos planos mundial, nacional e local nos últimos anos: 1) o dilema econômico, decorrente da mundialização da economia e sua mais nova faceta, o neoliberalismo; 2) o dilema político, resultado do aprofundamento do Estado; 3) o dilema social, consequência das enormes desigualdades sociais e 4) o dilema cultural, decorrente da globalização.

Apesar da importância fundamental de se estabelecer discussões aprofundadas dos dilemas supracitados, este trabalho se propõe somente a situá-las no contexto deste objeto de estudo, ou seja, a visão de mundo da intervenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos planos nacional e local.

1.2 Alguns dilemas da civilização capitalista contemporânea

A civilização capitalista neste início de milênio tem procurado impor de forma incisiva a todas as sociedades, tanto do ocidente quanto do oriente, tanto do norte quanto do sul, padrões de comportamento e relações que dificultam e por vezes, impedem formas de organizações locais que busquem resistir a essa lógica.

Neste sentido, a busca de sua compreensão deve ser entendida a partir de sua complexa teia de relações, envolvendo, dentre outros, os processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Pensar cada um desses processos isoladamente é um equívoco, pois eles se inter-relacionam como se formassem uma espécie de feixe, com feições próprias, porém agindo de maneira integrada.

Nos últimos séculos, pôde-se observar um processo de expansão vertiginoso do capitalismo. Ele transpôs as fronteiras européias atingindo longínguas regiões da Ásia, América, África e Oceania. A modernidade burguesa estabelecia as bases para mais um passo rumo à hegemonização, configurando-se como a mundialização da economia e sua mais recente faceta: o neoliberalismo.

A expressão mundialização da economia, simplificadamente, refere-se ao resultado da multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial. A expressão globalização, por sua vez, diz respeito ao processo de reestruturação hegemônica da cultura. Assim, em relação à mundialização e globalização, se constata uma bem sucedida construção de racionalidade a serviço dos interesses do grande capital em detrimento das populações locais (mormente as tradicionais) que vêem, a cada dia, os exíguos recursos garantidores de sobrevivência, lhes ser subtraídos para atender às exigências desse mesmo grande capital.

Para Celso Furtado (1998), a progressão de vários fenômenos novos, tais como a indústria cinematográfica, as redes de *fast food*, o capital especulativo e sua alta volatilidade, entre outros, envolvem uma dimensão que ultrapassa as fronteiras nacionais dando origem a uma série de interpretações acadêmicas que incorporaram os termos mundialização e/ou globalização. No entanto, a expressão mundialização da economia se refere à fase do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, caracterizada pelo predomínio da dimensão econômica que ultrapassa o quadro nacional e que vai além da dimensão internacional tradicional.

Em suma, a mundialização da economia é um componente a mais do sistema capitalista que, juntamente com a globalização cultural, tem no neoliberalismo sua maior expressão e apresenta-se como mais um dilema a ser compreendido.

O neoliberalismo, expressão relativamente recente, configura-se como mais um desafio relacionado ao dilema econômico. Este visa, prioritariamente, o fortalecimento do grande capital e a diminuição da presença do Estado na economia e na sociedade.

De acordo com o estudo realizado por Dorli Marques (2005), a história do neoliberalismo remonta ao ano de 1947, quando na cidade suíça de Mont Pèlerin, reuniram-se empresários e intelectuais liberais com dois objetivos básicos: a) rever as teses keynesianas que propunham a necessidade do Estado tomar a dianteira no processo de recuperação da economia em um cenário pós-guerra; b) defender a criação de um fundo internacional de crédito com o objetivo de garantir a continuidade da acumulação capitalista.

Esses objetivos foram traduzidos em algumas ações concretas por parte dos Estados, quais sejam: a) diminuição do papel econômico do Estado em sentido estrito, reduzindo sua presença às funções de repressão, de segurança e de

legitimação jurídico-institucional, ou seja, reduzindo-o a formulador de políticas de saúde, segurança e educação sem, necessariamente, ser responsável pelos investimentos necessários à sua implementação e b) restrição à participação dos representantes das parcelas mais pobres da sociedade, incluindo-se aí os que lutam pela posse da terra e da água. Na perspectiva dessa racionalidade, as demandas e os conflitos sociais, quando muito, são deixados de lado ou, o que é mais comum, são tratados como casos de polícia.

Durante os anos 70 do século XX, apesar de todo o esforço de resistência por parte de setores sociais engajados em defesa das causas operárias e camponesas, a onda neoliberal aportou de vez no Brasil, trazendo no seu bojo propostas de reestruturações produtivas, notadamente a onda de privatizações e a submissão do Estado brasileiro aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), ampliando ainda mais as desigualdades sociais.

De acordo com o autor supracitado, em novembro 1989 ocorreu em Washigton DC, EUA, um simpósio intitulado *International Institute for Economy*. Esse simpósio, que mais tarde ficou conhecido por Consenso de Washington, representou um marco danoso para as parcelas mais pobres da população brasileira. Nesse encontro, funcionários do governo dos Estados Unidos da América (EUA) e dos organismos internacionais, além de economistas latino-americanos, aprovaram um conjunto de reformas que levaram à diminuição da presença do Estado na economia e também a busca por metas de *superávit* primário, consideradas por eles essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento.

Diante de um diagnóstico de dívida externa elevada, pequeno crescimento econômico, inflação crescente, recessão e desemprego, ganharam força as

correntes de pensamento que defendiam um conjunto de medidas técnicas em favor da economia de mercado. Essas medidas ficaram conhecidas como neoliberais e foram aplicadas, inicialmente, no programa de governo de Margareth Thatcher, no Reino Unido, a partir dos anos 80. Tendo como eixo central o combate ao poder dos sindicatos e a redução do papel do Estado na economia, historicamente conhecido como construção de um Estado mínimo, empregou-se o receituário neoliberal: privatização das empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal e abertura comercial.

Nesse contexto, enquanto os países dominantes geravam ainda mais investimentos, os países dependentes, dentre eles o Brasil, tomavam emprestado um volume crescente de dinheiro para, dentre outras medidas liberalizantes, modernizarem a agricultura o que, na prática, deixava de lado as formas tradicionais de produzir, forçando milhares de famílias camponesas a abandonarem suas terras e migrarem para as periferias dos grandes centros urbanos.

Com o compromisso de pagar os empréstimos a qualquer custo, o governo brasileiro vem empreendendo uma busca incessante de *superávit* primário para possibilitar o pagamento destes empréstimos. Esta lógica tem sido uma das principais responsáveis pela exposição ao risco máximo de morte de milhões de homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças camponesas. Como resultado, tem-se o apequenamento do Estado Brasileiro ao que Perry Anderson (1996, p. 18) classificou como “diminuição de soberania, autoridade, legitimidade e responsabilidade, diminuindo, portanto, as obrigações até então exclusivas dele”.

O aspecto cultural se apresenta como outra faceta dessa racionalidade capitalista, tendo na globalização uma das estratégias mais devastadoras para as populações empobrecidas. As discussões referentes à temática globalização

revestiram-se de um novo significado a partir da publicação dos estudos de Marshall McLuhan e Bruce Powers (1989), acerca do conceito de *Aldeia global*, por eles compreendida como processo de massificação das informações no plano mundial.

Octávio Ianni (1999) aprofunda esta discussão resgatando a metáfora *aldeia global* de McLuhan e Bruce Powers, situando historicamente o surgimento dessa nova realidade, em meados do século passado, quando a mídia revolucionou o mundo da cultura, transformando radicalmente o imaginário de todo o mundo ao difundir, em escala mundial, produções locais, regionais e nacionais. No entanto, ao invés de se tornar um instrumento de democratização do saber e de valorização das produções culturais locais, regionais e nacionais, o que se observou foi uma mídia se tornando em algo que o autor classifica como:

Singular e insólito intelectual orgânico, articulado a organizações e empresas transnacionais predominantes nas relações, nos processos e nas estruturas de dominação política e apropriação econômica que tecem o mundo, em conformidade com a “nova ordem econômica mundial” (IANNI 1999, p. 95).

O autor denuncia que as pessoas são coisificadas, tornando-se mero dado estatístico, um objeto. Desapareceram muitas das manifestações locais, e com elas seus significados e significantes com o único intuito de enquadrá-las às exigências dos espetáculos mediados pelas redes eletrônicas, comercialmente lucrativas, numa evidente submissão aos ditames do mercado. “A faceta cultural da globalização tende a produzir verdadeiros monstros culturais e pastiches simulacros e virtualidades” (IANNI, 1999, p. 97).

Para dar conta desse complexo sistema de signos, símbolos, linguagens, metáforas, emblemas e alegorias, configurando o que o autor chama de hipertexto, faz-se necessário um aparato de profissionais, tais como pesquisadores, analistas, estrategistas, executivos, consultores, técnicos etc., formados nas mais diferentes

áreas que propõem uma nova racionalidade. Caso contrário, diante dessa massificação, a tendência da opinião pública é de, aos poucos, ir se conformando, pois “os signos, os símbolos, os emblemas, as figuras, as metáforas, as parábolas e alegoria são produzidas e divulgadas como a realidade do acontecido acontecendo no momento momentoso em qualquer parte do mundo” (IANNI, 1999, p. 103).

Octávio Ianni traz à baila a discussão da mídia como intelectual orgânico da globalização, resgatando a obra política de Maquiavel, *O Príncipe*, na qual o personagem vende-se como um virtuoso, com todas as condições para governar uma nação. Octávio Ianni conclui que a mídia, seguidamente, dentro desse espírito do personagem de Maquiavel, vende-se aos olhos dos incautos – e todos nós o somos, em alguma medida - a imagem de poço do saber, do ser e do agir da sociedade.

O autor chama a atenção também para o fato de que essa verdadeira “Babel global” (IANNI, 1999, p. 106) em que se transformou o mundo globalizado das comunicações requererem uma língua também global.

Nesse sentido, até mesmo as línguas, que historicamente representaram a possibilidade de existência dos muitos modos de ser, pensar, agir, sentir, imaginar e fabular, expressões das singularidades dos muitos grupos humanos, formas de resistência e elemento vital no processo de construção da comunicação vêm sendo paulatinamente desfigurada por uma única língua: a Inglesa.

Poder-se-ia afirmar, parafraseando Octávio Ianni, que “o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização”.

Neste contexto extremamente adverso para as populações empobrecidas emerge um dos dilemas fundamentais do mundo contemporâneo: a asfixia que a racionalidade do grande capital impõe à natureza na medida em que o modelo

desenvolvimentista até então predominante, demanda cada vez mais oferta de matérias-primas e energia, independentemente do impacto que esta prática impunha à natureza e, principalmente, às comunidades que dela dependem para sobreviver.

Este dilema nos remete a discussão dos limites do conceito de desenvolvimento em sentido clássico que tem no próprio crescimento econômico sua pedra de toque para se pensar as possibilidades de uma outra concepção de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável – que leve em consideração as populações tradicionais, numa perspectiva diferenciada, na qual os(as) caboclos(as) e os(as) ribeirinhos(as) e as comunidades indígenas sejam os protagonistas desta discussão.

BOX 1

AS ESTAÇÕES DO SURGIMENTO E FORMAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A trajetória de construção do conceito de desenvolvimento sustentável passou por importantes estações de discussão: **1) A contribuição do Clube de Roma: a tese dos limites do crescimento (1972)**. Tanto a reunião de Roma, quanto a Conferência de Estocolmo geraram relatórios que indicavam os riscos da degradação do meio ambiente. Esta degradação teria se iniciado a partir dos anos 60 e se intensificado nos anos 70. Coordenados por Dennis Meadows, as teses e conclusões básicas dos cientistas do Clube de Roma afirmam que se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento do planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. Tais teses geraram muitos questionamentos, tanto por parte dos defensores do desenvolvimentismo que viram nelas entraves ao desenvolvimento econômico, quanto por parte de intelectuais do cone sul que questionaram ser um discurso para impedir que os países em desenvolvimento trilhassem o desenvolvimento como fizeram os países industrializados. **2) Uma Nova Proposta: Ecodesenvolvimento (1973)**. O canadense Maurice Strong propôs uma concepção alternativa de desenvolvimento, denominada por ele de ecodesenvolvimento. Esta tese integrava seis aspectos que deveriam ser observados para a construção do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação (conservação) dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação. Atualmente, Sachs usa o termo ecodesenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento sustentável. **3) A Declaração de Cocoyok (1974)** Esta foi resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP). Ela destacou as seguintes questões: a) a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera desequilíbrio demográfico; b) a destruição ambiental nas regiões pobres do globo é também resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa o seu nível exagerado de consumo. **4) O Relatório Dag-Hamamarskjöld (1975)** O relatório desta

fundação aprofunda as posições de Cocoyok e aponta para a problemática do abuso de poder e a interligação com a degradação ecológica. Ele mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura nas mãos de uma minoria social e dos colonizadores europeus. O relatório, assim como o texto de Cocoyok acredita na possibilidade do desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças dos atores sociais envolvidos (self-reliance). **5) Sustentabilidade como Estratégia de Desenvolvimento: o Relatório Brundtland (1987)** Afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama a atenção para uma postura ética no tocante ao meio ambiente. O relatório apresenta uma lista de obrigações dos Estados Nacionais, além de obrigações no nível internacional. Tem um tom nitidamente diplomático, evitando afirmativas mais contundentes. Este relatório é questionável na medida em que atrela o desenvolvimento das regiões pobres do globo ao crescente desenvolvimento das áreas ricas. **6) A UNCED no Rio (1992)** Os resultados da Conferência do Rio de Janeiro em junho de 1992 foram criticados já em 1993, por um outro relatório, do *Worldwatch Institute*. Segundo este relatório, a falta de um mecanismo que obrigasse os maiores emissores de CO₂ na atmosfera, notadamente os EUA, tornaram a Rio-92 em um encontro que somente gerou boas intenções. Apesar dessas restrições a UNCED registrou o crescimento da consciência sobre os riscos que o modelo atual de desenvolvimento capitalista representa. **7) Rumo a uma Nova Teoria do Desenvolvimento? (hoje - 2006)** O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta hoje uma conotação extremamente positiva. O tripé da Nova Filosofia do Desenvolvimento que combina eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica sinalizam uma alternativa às teorias de desenvolvimento anteriores (BRÜSEKE, 2003, p. 29-40).

1.2. 1 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Não é possível procrastinar a revisão das bases conceituais sobre as quais a racionalidade econômica moderna se constituiu.

BOX 2

O(S) SENTIDO(S) DA RACIONALIDADE DO MUNDO OCIDENTAL

Desde o princípio, o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização. Com o vaivém, de permeio às mais surpreendentes situações, juntamente com as relações, os processos e as estruturas próprias do capitalismo, ocorre o desenvolvimento de formas racionais de organização das atividades sociais em geral, compreendendo as políticas, as econômicas as jurídicas, as religiosas, as educacionais e outras. Aos poucos, as mais diversas esferas da vida social são burocratizadas, organizadas em termos de calculabilidade, contabilidade, eficácia, produtividade, lucratividade, juntamente com o mercado, a empresa, a cidade, o Estado e o direito, também as atividades intelectuais são racionalizadas [...]. Com frequência a dominação racional está convivendo com a dominação tradicional e a dominação carismática [...]. Note-se, pois, que o capitalismo compreende todo um vasto complexo processo social, econômico, político e cultural. Ainda que possa ser caracterizado pela racionalização das ações e relações, das instituições e organizações, para que esta racionalização ocorra e desenvolva torna-se indispensável que se modifiquem práticas e ideais, padrões e valores sócio-culturais (IANNI, 1999, p. 145-167).

No rastro dessas bases ficaram a destruição de biomas, o extermínio de identidades culturais de populações tradicionais e a ampliação das desigualdades sociais. Essas situações são hoje uma marca característica dos países empobrecidos pelo grande capital. Neste sentido, ao analisar a origem do subdesenvolvimento, Paolo Bifani apud (LEFF, 2000, p.19) afirma que:

Uma vez que o capital alcançou um certo grau de desenvolvimento – de elevação na sua composição orgânica – sua reprodução ampliada requer novas fontes de acumulação que lhe permitem ampliar as taxas de mais-valia. A apropriação dos recursos naturais dos países tropicais e a exploração dos trabalhos das populações indígenas das regiões colonizadas pelos países europeus cumpriu esta função estratégica do Capital. Assim, foi-se gerando um processo de subdesenvolvimento como resultado da divisão internacional do trabalho, da troca desigual de mercadorias e a degradação ambiental gerados no processo de mundialização do capital.

Coerentemente com essa lógica de pensamento, o fosso entre os países ricos e pobres é explicado em grande parte pelo processo de exploração humana e dos recursos naturais a que os países empobrecidos pelo grande capital estão submetidos, além da transferência de recursos para esses países ricos. Essa é uma das principais razões do subdesenvolvimento, definido por Leff (2000, p. 21) como sendo:

o efeito da perda do potencial produtivo de uma nação, devido a um processo de exploração e espoliação que rompe os mecanismos ecológicos e culturais, dos quais depende a produtividade sustentável das suas forças produtivas e a regeneração de seus recursos naturais.

Outro componente fundamental do sistema capitalista é a constante expansão das suas fronteiras. A lógica da acumulação demanda cada vez mais espaços e aumento de produtividade. Nessa trajetória de crescimento a qualquer custo, os danos ambientais, humanos e sociais são enormes. Exemplos clássicos desses processos destrutivos são as ações predatórias aos biomas do Brasil, notadamente na Mata Atlântica, no Cerrado e, mais recentemente, na Amazônia.

A fronteira da soja no Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, sul do Pará, e sul do Amazonas tomam proporções gigantescas. Em todos esses espaços as

populações locais que tentam resistir e nesse processo pagam um preço muito alto, muitas vezes com a própria vida. Diante dessa dura realidade, grupos da sociedade civil organizada, dentre estas a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹, tem sido parceiras das populações locais nas lutas de resistência.

Enrique Leff (2000) critica a tecnoestrutura² transferida aos países subdesenvolvidos como uma das responsáveis por uma inversão cultural no tocante aos processos produtivos. A produção gerada nessas bases vem causando danos irreversíveis aos ecossistemas naturais, além de promover a expulsão das populações que neles vivem. Soma-se o custo social e ambiental do modelo agro-exportador brasileiro. Exemplos desta situação são os mega-projetos existentes na Amazônia como o Projeto Jarí, o Projeto Balbina, o Projeto Grande Carajás, o Projeto Pitinga etc. Estes projetos se configuram como enclaves na medida em que, com o apoio do Estado, se apropriaram de enormes áreas que, historicamente, pertencem aos grupos locais e instalaram projetos com volumosas somas de recursos financeiros, quase sempre financiados pelo Poder Público e pelo capital internacional. Às populações locais sobram ecossistemas depredados, doenças, conflitos, identidades destruídas etc.

Diante dessas situações, Enrique Leff (2000) propõe uma nova racionalidade ambiental³ que possibilite às populações locais construir um modelo de desenvolvimento alternativo ao produtivismo neoliberal hegemônico. O que está

¹ A CPT é uma organização da sociedade civil pertencente ao terceiro setor, criada em 1975 por pessoas ligadas à Igreja Católica e outras Igrejas, com intuito de trabalhar em prol das comunidades rurais e ribeirinhas marginalizadas pelo grande capital.

² Segundo Enrique Leff (2000) o termo tecnoestrutura refere-se aos mecanismos produtivos utilizados nas lavouras comerciais (*plantations*), extremamente danosas ao meio ambiente, e que considera o lucro acima de qualquer outro aspecto.

³ Enrique Leff (2000) ressalta ser vital para as populações tradicionais a instauração de novos mecanismos produtivos nos quais o lucro econômico não desponte como prioridade máxima, e sim, a possibilidade de produzir sem agredir o meio ambiente, no intuito de conservar a vida tanto no presente quanto no futuro.

posto na Amazônia atualmente gera dependência tecnológica, degradação ambiental e perda da qualidade de vida. A CPT comunga desta visão.

Este é um problema com contornos não apenas físicos e técnicos como é comumente colocado pelas agências de desenvolvimento e muitos intelectuais do primeiro mundo, mas também com contornos sócio-culturais na medida em que há a destruição das culturas locais.

As organizações de defesa das populações locais, - dentre elas a CPT e os movimentos sociais - têm proposto a construção de uma racionalidade ambiental alternativa, que incorpore os saberes desses sujeitos às tecnologias existentes. Nesse movimento, percebe-se a preocupação com a equidade e a justiça social. Essa reapropriação social da natureza (LEFF, 2000) seria uma alternativa viável à crise ambiental geradora de pobreza e desigualdade social.

BOX 3

A NATUREZA SOCIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais devem ser vistos dentro de um contexto maior, que é o social em sua totalidade. Quem os gera? Por que se desenvolvem? Qual seu alcance? Quais seus limites? É necessário, portanto, reconstituir o *locus* em que tais propostas e ações são construídas e as determinações que operam no processo de sua institucionalização porque as propostas dos movimentos sociais não dependem apenas da vontade política de seus atores, mas das condições históricas em que eles operam. E as condições históricas, que definem e caracterizam a ordem social, não dependem exclusivamente de situações conjunturais, já que estas são expressões de movimentos de longa duração que definem os princípios e regulam o processo de socialização. Portanto, os movimentos sociais não podem ser considerados a partir de si mesmos. As formas políticas e institucionais / estruturais da sociedade delimitam também os espaços e as ações dos movimentos sociais. Por isso, seu enfraquecimento, fortalecimento e redirecionamento não dependem da vontade política de suas bases nem da vitalidade interna da organização e sim das condições históricas e estruturais que lhes são oferecidas [...] De um ponto de vista social, os setores populares são constantemente mantidos em posição subalterna e tutelados pelas elites mediante a reprodução da estrutura social e a imposição de arranjos políticos que muitas vezes são capazes de tudo para que nada mude. A “desorganização” pode estar relacionada ao princípio de uma nova organização. Deste modo, o que antes era organizado, num contexto de mudanças e transformações, passa a ser desestruturado. É o caso das tradicionais unidades sociais dos sem-teto e dos sem-terra submetidos a um processo de ressocialização. Neste sentido fica evidente que o existente são processos sociais e as definições estão sempre relacionadas a ordenamentos históricos. Assim, as organizações e mobilizações populares devem ser apreendidas e interpretadas na perspectiva de novos ordenamentos sociais e não na ótica do instituído. Deste modo, organização e desorganização devem ser vistos como formas de a sociedade articular

as forças que a compõem. Não necessariamente se negam, pelo contrário, se determinam e articulam reciprocamente imprimindo à sociedade um movimento que é peculiar. Outro mito que deve ser desfeito para poder decifrar o caráter dos movimentos sociais é o da resistência às mudanças que atrasaria a modernização do país. Nas interpretações relativas à formação e modernização da sociedade brasileira, foram construídos conceitos como “atraso”, “lentidão”, “desenvolvimento tardio”, entre outros, ligados à categoria tempo, que tiveram notável repercussão e, de diferentes maneiras, estão presentes em vários estudos. Colocam frente a frente, em oposição ou articuladas num original processo, múltiplas, diferenciadas e complexas configurações sociais. O que sempre está em causa são as mudanças acontecidas e em curso e, concomitantemente, a dificuldade que determinados ordenamentos sociais teriam de deixar para trás antigas condições e assumir novas. Fala-se, assim, de permanência e reprodução do tradicional que, na visão de alguns, representaria um empecilho ao desenvolvimento e à modernização da sociedade. (MANSUETO, 2006, p. 34-38). O social é concebido como um conjunto de relações sociais comandadas por uma dialética opressão-libertação. Na sociedade, tanto no plano individual quanto no plano grupal, as relações sociais são mediadas por relações de poder. O fenômeno da opressão e do reagir à opressão é uma constante no comportamento humano [...]. Podemos falar em diversas formas de opressão: econômica, política, cultural, ideológica, psicológica etc [...]. A contra-opressão pode se expressar de várias formas: lutas mais ou menos violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação [...]. Quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social (SCHERER-WARREN, 1999, p. 8-9).

Daí a relação entre a lógica econômica e social, e a questão ecológica.

Enquanto as posições hegemônicas defendem técnicas que depredam o ambiente, desconsideram as populações locais e postulam um eficientismo na relação com os recursos naturais, a propostas alternativas de produção estão preocupados com processos socialmente justos, que modifiquem o modelo capitalista de iniquidade social e que permita a incorporação dos saberes e práticas populares. Enrique Leff (2000) considera essas alternativas como promotoras de uma nova tecnologia, conceituada por ele como ecotecnologia, isto é, tanto a tecnologia quanto as práticas delas decorrentes devem ser ecologicamente sustentáveis.

Assim, a busca de uma racionalidade ambiental é mais que uma proposta técnica, ela é um caminho de lutas sociais e mobilizações pela reapropriação da natureza.

Uma nova ética deverá surgir desses processos onde a autonomia, a autogestão e a democracia deverão estar presentes. Um movimento que surja de baixo para cima, e que confronte a racionalidade econômica dominante e sua lógica de mercado com o projeto ambientalista de reapropriação social da natureza.

Este movimento é uma das principais bandeiras de luta da sociedade civil, organizações que se fortaleceram nas lutas por uma nova racionalidade para além da lógica do capital.

1.3 O papel da sociedade civil na vida contemporânea

A expressão sociedade civil ressurgiu com bastante força nos anos 80. No entanto, seu uso indiscriminado, notadamente após a onda neoliberal que assolou o mundo nas duas últimas décadas, ofuscou sua abrangência e significado, o que tem dificultado uma compreensão mais clara de como esta expressão está imbricada nas discussões contemporâneas, notadamente aquelas relacionadas às políticas públicas, ao mundo do trabalho, aos movimentos sociais e à atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs), dentre estas a CPT.

A história do conceito sociedade civil remonta às concepções clássicas dos gregos e romanos, num período em que as preocupações com as formas organizativas dos grupos humanos empolgavam os cidadãos nas discussões em praça pública. De acordo com Nicola Abbagnano (1998) é possível encontrar referência ao termo nas teorias jusnaturalistas⁴ do século XVII, uma clara influência

⁴ Seguidores da doutrina segundo a qual existe e pode ser concebido um “direito natural” (*ius naturle*), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 655).

do conceito de sociedade herdada do estoicismo⁵ grego e legada ao ocidente pelos textos dos escritores latinos – especialmente de Cícero.

Para os jusnaturalistas do século XVII o conceito de *societas civilis* deveria ser usado em contraposição ao de *societas naturalis*. Tem-se, assim, a expressão Sociedade Civil como sinônimo de sociedade política e, portanto, de Estado.

Esta formulação permite concluir que antes da instituição da sociedade civil, os homens se relacionavam com base apenas nas leis naturais. De acordo com John Locke (apud OLIVA, 2004, p. 01) há muito existe uma clara distinção entre sociedade natural e sociedade política, qual seja:

aqueles que se reúnem num só Corpo e adotam uma Lei comum estabelecida e uma Magistratura à qual possam apelar para resolver controvérsias entre eles e punir os ofensores convivem numa Sociedade Civil enquanto que os que não têm semelhante instância comum [...] estão ainda no estado de natureza.

A Sociedade Civil, nesse momento histórico compreendido como o Estado, surge, então, em contraposição ao estado natural, garantindo aos indivíduos direito à paz, à liberdade, à propriedade, à segurança, direitos esses ameaçados pelos conflitos existentes no estado natural.

Com Karl Marx, no séc. XIX, ocorre uma dicotomização entre os conceitos de sociedade e de estado. A sociedade natural dos jusnaturalistas e a sociedade civil de Marx indicam a esfera das relações econômicas intersubjetivas, ou seja, indivíduo/indivíduo, ambos independentes, abstratamente iguais, contrapostas à esfera das relações políticas, que são relações de domínio.

Para Norberto Bobbio (1992), a sociedade, da qual o Estado é o supremo regulador, não é uma sociedade natural, mas uma sociedade determinada,

⁵ Participantes da escola filosófica grega do período helenístico. Compartilhavam da idéia do primado da questão moral sobre as teorias e o conceito de filosofia como vida contemplativa acima das preocupações e das emoções da vida comum. (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 375).

caracterizada por certas formas de produção e de relações sociais. Portanto o Estado, aqui compreendido como comitê da classe dominante, em vez de ser a expressão de uma exigência universal e racional, é a repetição dos interesses particularistas. O Estado não se apresenta mais como superação da sociedade civil, mas como o simples reflexo e sustentáculo dela.

O autor supracitado aprofunda essa idéia, discutindo três elementos fundamentais da doutrina de Karl Marx acerca do Estado: a) o Estado como aparelho coercitivo - concepção instrumental de Estado, oposta da concepção finalista ou ética; b) o Estado como instrumento de dominação de classes, comitê para administrar os negócios da burguesia, uma concepção, portanto, particularista oposta à concepção universalista própria das teorias do direito natural; c) o Estado como subordinado à sociedade civil, é a sociedade que condiciona e regula o Estado, uma concepção negativa oposta à concepção positiva própria do pensamento racionalista.

Portanto, como aparelho coercitivo, particularista e subordinado, o Estado não é o momento último do movimento histórico, algo que não possa ser ulteriormente superado: o Estado é uma instituição provisória.

O processo de pensamento que se inicia com a concepção do Estado que suprime o estado da natureza termina quando surge e ganha força a teoria segundo a qual o Estado, por sua vez, deve ser suprimido.

Esta concepção trazida à baila por Marx vai ser bastante discutida nos estudos de Antônio Gramsci (1979), intitulados *Cadernos do Cárcere*. Antônio Gramsci viveu na Itália entre 1891-1937 e experimentou momentos históricos marcantes do século passado: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, os levantes operários na Europa, a formação de grandes partidos políticos, a

consolidação de regimes totalitários, a depressão econômica de 1929, a afirmação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial, dentre outros.

BOX 4**RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E ESTADO EM GRAMSCI**

A unidade histórica das classes dirigentes se dá no Estado e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. No entanto, não se deve acreditar que aquela seja uma unidade puramente jurídica e política, ainda que esta forma de unidade tenha a sua importância e não seja apenas formal: a unidade histórica fundamental, por sua concretude, é o resultado das relações orgânicas entre Estado, ou sociedade política, e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não podem se tornar “Estado”: sua história, portanto, é entrelaçada àquela da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este trâmite, da história dos Estados ou grupos de Estados”. E acrescenta: “A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não pairam dúvidas quanto ao fato de que na atividade histórica destes grupos existe a tendência à unificação, ainda que em planos provisórios, mas esta tendência é constantemente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes, e, portanto, pode ser demonstrada somente quando o ciclo histórico estiver completado, se este se concluir com sucesso. Os grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem; somente a vitória “permanente” quebra, e não de imediato, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem triunfar, os grupos subalternos estão tão somente em estado de defesa alarmada [...] (GRAMSCI, 1979, p. 243).

Nesse contexto de profundas mudanças na geopolítica mundial, Antônio Gramsci, contrariando os que pensavam que o ideal para a superação da grave crise geopolítica e histórica fosse a afirmação de um Estado forte, com soluções fascistas e tendentes à centralização do poder, sustentava que uma nova civilização só poderia emergir pelo ingresso na história das massas livres e democraticamente organizadas.

Para Antônio Gramsci, os sistemas modernos de políticas democráticas se medem justamente pela capacidade de desenvolver uma ampla e dinâmica sociedade civil que permita expressar plenamente as aspirações e a participação dos diferentes setores da vida coletiva.

O que interessa, portanto, não é tanto a consistência do aparelho de Estado ou o vigor econômico de grupos privados, mas a criatividade e a articulação entre as diversas associações da sociedade civil, com os indivíduos aprendendo a política do autogoverno e a gestação de valores democráticos.

Nesse sentido, o Estado, os partidos e as diversas instituições existentes são entendidos como superáveis pela sociedade regulada, o lugar onde as massas podem encontrar as condições para se tornarem sujeitos livres e socializados. Por isso, a verdadeira função de um Estado democrático deve ser "ética, educativa, de impulso histórico, de elevação intelectual e moral das massas". (GRAMSCI, 1979, p. 69).

Antonio Gramsci não se afasta do marxismo, mas se diferencia das interpretações usuais pela insistência sobre a construção de sujeitos historicamente ativos e organizados que procuram conquistar a hegemonia fazendo uso dos métodos da democracia, subtraindo-a progressivamente à esfera de influência da burguesia.

Por isso, mais do que evidenciar os equívocos do capitalismo, Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que as classes subalternas devem aprender a desenvolver. Mais do que a preocupação em resistir à opressão, as classes subalternas são chamadas a buscar formas para sair da submissão, reinventando as bases de uma nova sociedade.

A idéia gramsciana de sociedade civil espelha a nova situação, através da qual procura a plena expansão das individualidades e diferenciações, mas acomoda, também, acima de tudo, os fatores capazes de promover agregações e unificações superiores. Segundo Bobbio (1992, p. 98)

a idéia gramsciana de sociedade seria a sede de múltiplos organismos "privados", mas nem por isto menos estatais. Seus integrantes estariam

dispostos como vetores de relações de força, como agentes de consenso e hegemonia, candidatos a "se tornar Estado".

O próprio Gramsci (1979) esclareceu que o ato de governar consiste em buscar o consenso dos governados, mas não apenas como consenso genérico e vago que se afirma no instante das eleições, e sim como consenso organizado.

A política representa fator de mediação, um campo onde se combinam atos, regras e instituições voltadas para a conquista do poder.

Para ele, o Estado seria o principal motor de agregação e unificação das sociedades. Isso significa dizer que a política seria o *locus* da ética do coletivo, já que se destinava a viabilizar uma integração da virtude privada e da virtude pública, dos interesses particulares e da vontade geral, do Estado e da sociedade.

Hodiernamente, tem se verificado uma tentativa de associar a idéia de sociedade civil à idéia de Terceiro Setor.

É fato que o conceito de sociedade civil está na base teórica do chamado terceiro setor, entendido como um vasto conjunto de organizações sociais voltadas para o atendimento de necessidades e carências de certos segmentos da população e unidas por uma mesma legislação reguladora.

Entretanto, conforme postula Carlos Montaña (2002), é preciso atentar para a diversidade de concepções acerca do conceito de sociedade civil no âmbito do terceiro setor. Dentre estas, duas concepções merecem destaque: a) para os grupos de concepção política não conservadora, o terceiro setor é visto como a arena de ações dos grupos sociais empenhados na implementação de políticas públicas originadas das demandas sociais históricas e/ou novas, não prescindindo do apoio do Estado; b) para os grupos adeptos da teoria neoliberal, o terceiro setor é a instância capacitada para substituir o Estado, trocando as ações públicas

permanentes e gerais por iniciativas tópicas ou locais, não necessariamente coordenadas, tendo em vista uma gradual eliminação da responsabilidade estatal para com a questão social.

Dessas duas concepções, avalia-se como mais consistente a proposta pelo grupo não conservador, por sua capacidade de organização e mobilização. Neste sentido, percebe-se que a CPT se insere nesse espaço de relações.

1.4 A Sociedade civil e o terceiro setor

A conceituação de terceiro setor é uma tarefa complexa devido às inúmeras denominações que recebe, fruto das várias espécies de organização que o compõem e da multiplicidade de formas e áreas de atuação. Este vasto conjunto de organizações privadas, porém sem fins lucrativos, conhecidas genericamente como organizações do terceiro setor tem, no conceito de sociedade civil, uma de suas origens.

Apesar de ter raízes históricas na Antiguidade Clássica, o termo terceiro setor é uma criação contemporânea, resultado dos debates sobre a reforma do Estado nos anos 80 do século XX. Naquele contexto, o sociólogo britânico Anthony Guiddens, diretor da *London School of Economics* apresentou uma teoria propondo a superação da rígida divisão entre o público e o privado, chamando-a de terceira via.

Nesse sentido, o primeiro setor seria o Estado e o segundo setor, o mercado. O terceiro setor apresentaria características de ambos. Portanto, genericamente, o terceiro setor é visto como derivado da conjugação entre as finalidades do primeiro setor e a metodologia do segundo, ou seja, composto por organizações que visam

benefícios coletivos, são de natureza privada, embora não sejam integrantes do governo e não objetivam lucros.

A emergência do terceiro setor no Brasil é relativamente recente, remonta aos anos 70 do século XX. Desde o princípio ele tem suscitado muitos debates. A expressão foi traduzida do inglês (*third sector*) e compreende uma gama enorme de tipos de organizações. Segundo Rubem César Fernandes (1994) essas entidades configuram-se como organizações, geralmente sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, de filantropia e de mecenato. Elas foram expandindo o seu sentido para outros domínios graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

O terceiro setor engloba organizações como associações, fundações privadas, institutos, sindicatos, igrejas⁶, federações, confederações, Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades para-estatais e qualquer outro tipo de organização privada, mas sem finalidade lucrativa. Pode ser chamado também de o setor das organizações da sociedade civil.

A fim de melhor compreender a atuação do terceiro setor no Brasil, é importante discutir o contexto do surgimento das organizações que o compõem, além de desenvolver uma reflexão sobre as restrições quanto ao seu uso.

Existe no Brasil uma forte relação entre organizações da sociedade civil e Estado. Esta relação também é clara quando se discute o surgimento dos sindicatos e das chamadas organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras.

⁶ As igrejas fazem parte do terceiro setor, assim como organizações não governamentais, sindicatos e todas as organizações sem fins lucrativos, que não pertençam à iniciativa privada nem ao Estado.

Herbert de Souza (*apud* SANTANA, 1992) referindo-se às ONGs, aponta o período entre os anos 1960 e 1980 como o marco do seu surgimento. Elas surgiram em função da luta política da sociedade civil contra a ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964. Nesse contexto, elas atuavam muito próximas da clandestinidade, ligadas aos movimentos sociais de base e alguns setores dentro da Igreja Católica que assumiam uma posição de crítica e oposição ao Estado autoritário dos governos militares. As ONGs tinham, portanto, um perfil político claramente de oposição em relação ao governo, expressa na terminologia “não-governamental”.

No processo de surgimento das organizações não governamentais, também teve papel fundamental a influência de organismos internacionais. Miriam Medina (1997) observa que entre os anos de 1950-60 organismos internacionais começaram a fomentar um processo de desenvolvimento comunitário em países do Terceiro Mundo, pressupondo níveis maiores de participação da comunidade. Dentre eles, pode-se destacar: a Organização das Nações Unidas (ONU), criada após a II Guerra Mundial; o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD); o Banco Mundial; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Estes organismos internacionais legitimaram as ONG's, pregaram a necessidade de apoio político e popular, além de terem incentivado o fortalecimento da administração local para a concretização de projetos com vistas ao desenvolvimento comunitário.

Na prática, todo esse aparato foi criado e era imposto por esses organismos, via controle técnico, econômico, ideológico e político, haja vista os recursos

financeiros que disponibilizavam para as organizações do terceiro setor, serem, freqüentemente, condicionados a prazos, cláusulas de compra de pacotes tecnológicos e contratação de consultores indicados por eles. Estas posturas assumidas por esses organismos internacionais geraram uma série de críticas de setores da sociedade, notadamente os das Forças Armadas Brasileiras, preocupadas com a questão da soberania nacional.

Além de contextualizar o surgimento das organizações não-governamentais, Miriam Medina (1997) e Maria da Glória Gohn (1997) analisam o perfil das organizações do terceiro setor ao longo do tempo na América Latina e, no caso brasileiro, afirmam que nos anos 90 as ONGs ganharam importância por serem potenciais parceiras do poder público, em decorrência de sua estruturação. Esta relação de parceria passou a ser estimulada, uma vez que o discurso neoliberal, fortemente presente na estrutura da administração pública federal brasileira da época, pressupunha a não presença do Estado em alguns setores para que houvesse a primazia do mercado.

Ainda segundo Maria da Glória Gohn (1997), nesta mesma época, houve uma reconfiguração do modelo de financiamento das ONGs, passando-se do assistencialismo à auto-sustentabilidade. Observou-se naquele momento o fortalecimento de estruturas nacionais com a criação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e da Central de Movimentos Populares (CMP), bem como a intensificação de movimentos internacionais no Brasil, a exemplo da ONG ambientalista *Greenpeace*.

No período em questão, o foco de atuação das ONGs e dos movimentos sociais sofre mudanças: da luta por transporte, saúde, educação e moradia para a luta pela sobrevivência física (alimentos e terra); luta por moral e ética política; luta

por direito à pluralidade (movimentos de gênero, raça e idade); luta por uma participação na política direta institucionalizada; perspectiva de parceria e não de oposição ao governo, além destas a possibilidade de participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas.

A autora acima citada acrescenta que, apesar de apregoarem autonomia e independência em relação ao Estado, os fundos públicos permaneceram como os grandes financiadores das demandas por parte destas organizações.

Neste sentido, reafirmam-se as mudanças nas estratégias das organizações do terceiro setor e na maneira como estas se relacionavam com o Estado. De uma maneira geral, estão voltadas agora não mais para a luta contra o autoritarismo do Estado, como ocorrera nos anos 1960-80, mas para a democratização da sociedade. Outro aspecto importante das mudanças ocorridas no contexto dos anos 90, refere-se ao fato de que as organizações do terceiro setor passaram a ser mais claramente identificadas como organizações da sociedade civil.

Apesar de já não ser mais novidade, o termo terceiro setor ainda provoca dúvidas e confusões acerca do seu significado. Representando as organizações da sociedade civil e sem fins lucrativos, esta conceituação pressupõe a existência do primeiro setor, representado pelo Estado, e do segundo setor, representado pelo mercado. O setor governamental seria caracterizado por ações legitimadas e organizadas via poderes coercitivos. O mercado, por ações que visam ao lucro. Deste modo, segundo Simone Coelho (2000, p. 37), “o terceiro setor pode ser caracterizado por atividades nem coercitivas nem voltadas para o lucro, mas que visam ao atendimento de necessidades coletivas ou públicas”.

Segundo a autora, o termo terceiro setor começou a ser utilizado nos Estados Unidos, a partir da década de 70. Nos anos 80, passou a ser adotado também na

Europa. No Brasil, tal fato ocorreu década de 90 a partir de estudos realizados por Leilah Landim e Rubem César Fernandes.

Sobre o surgimento e a atuação do terceiro setor, algumas teorias procuram relacioná-lo com a escala de ação do Estado de Bem-Estar Social. A teoria da falência do Estado/falência do mercado defende que a ação das organizações sem fins lucrativos é uma alternativa na provisão de serviços públicos quando o Estado não consegue fazê-lo. O Estado, por sua vez, surgiu em decorrência de falhas do mercado em satisfazer a demanda por bens públicos. Já a teoria da falência do voluntariado pressupõe que, historicamente, a atuação do terceiro setor antecedeu ao surgimento do Estado e, portanto, o Estado surgiu em função da incapacidade do primeiro em atender às demandas públicas (WEISBROD, 1977; JAMES; 1987 *apud* ALVES, 2002).

A teoria da parceria defendida por Lester Salamon e Helmut Anheier; propõem uma relação direta entre gastos do governo e extensão da ação de entidades sem fins lucrativos, ambos se complementando (SALAMON e ANHEIER, 1992).

Outras teorias que são apresentadas nos trabalhos de Mario Alves (2002) e Andrés Falconer (1999) ressaltam que a relação entre Estado e mercado e a origem do terceiro setor têm relação direta com a realidade histórica de cada país. Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental existe uma longa tradição nessa relação, ao passo que na América Latina, esta ainda está sendo construída.

De acordo com Luiz Eduardo Soares (2000), o termo terceiro setor é mais classificatório e excludente do que descritivo, mas é adequado na medida em que elimina a carga de preconceitos que se projetaria sobre outros já conhecidos, como

filantropia, terno que dificilmente se livrará das críticas de paternalismo, promotor de acomodação e reprodutor de desigualdades.

Em busca de uma definição mais precisa para o termo terceiro setor, Lester Salamon & Helmut Anheier (1992) fazem uma reflexão sobre o uso de expressões análogas, tais como ONGs, setor sem fins lucrativos, setor independente, setor de caridade, setor voluntário, setor isento de impostos, setor associativo ou economia social. Estes pesquisadores atestam que cada um dos termos enfatiza um aspecto da realidade representada pelas organizações que o compõem, o que provoca limitações no seu uso. Deste modo, terceiro setor é um termo mais abrangente, representativo da diversidade que caracteriza esse universo organizacional.

Ainda que todos os termos acima mencionados tenham relação com o terceiro setor, nenhum deles, individualmente, consegue caracterizá-lo de maneira completa. Veja-se, por exemplo, o exemplo do termo ONGs que, como orienta Fernando G. Tenório (2001), buscam atender as necessidades de base popular e sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro; “apesar de toda ONG pertencendo ao terceiro setor, este não se restringe àquelas” (TENÓRIO, 2001, p. 11).

Segundo o autor supracitado (2001, p.72) de acordo com a finalidade, o terceiro setor se divide em dois grupos:

- (a) organizações constituídas para atender os interesses de seus membros (*memberserving organizations*), como é o caso dos sindicatos, das associações profissionais, das associações de bairro, associações empresarias;
- (b) organizações de interesse público e/ou coletivo, a exemplo de entidades que apóiam vítimas de discriminação, portadores de determinadas doenças ou deficiência física, instituições de caridade e organismos de proteção ao meio ambiente. (p. 72)

Assim, o terceiro setor é, portanto, composto de tipos organizativos variados, compreendendo desde organizações de base comunitária como sindicatos e igrejas, até outros tipos organizativos como hospitais, escolas e universidades.

Tendo em vista a necessidade de realizar comparações internacionais entre organizações desta natureza, Lester Salamon & Helmut Anheier (1992, p. 78-95) propõem uma definição estrutural-operacional que caracterize o terceiro setor de forma ampla. Desta maneira, os autores definem da seguinte maneira as organizações do terceiro setor:

- (a) Formais: têm algum grau de institucionalização, o que não implica ser legalizada. Reuniões regulares, regras de procedimentos ou algum nível de organização caracteriza esta formalidade. Ficam excluídos do universo do terceiro setor, por exemplo, os movimentos sociais efêmeros;
- (b) Privadas: não podem ser parte integrante do governo nem dirigida predominantemente por membros do governo;
- (c) Não-distributivas de lucros: podem gerar lucro, mas não podem dividir entre os membros. Os lucros devem ser investidos na missão da organização, não distribuídos entre seus “donos” ou dirigentes;
- (d) Autônomas: devem ter seus próprios procedimentos de governança e não devem ser controladas por entidades externas;
- (e) Voluntárias: devem envolver algum grau de participação voluntária, nem que seja somente no âmbito da diretoria.

Para ser considerada parte do terceiro setor, uma organização tem que cumprir estes cinco critérios. Ao proporem esta caracterização, os autores supracitados recomendam que se proceda a uma análise crítica com o objetivo caracterizar adequadamente as organizações do terceiro setor, quais sejam: a) aspecto legal: precisam estar em consonância com o marco legal do terceiro setor; b) aspecto econômico-financeira: a principal fonte de recursos não deve advir da venda de produtos ou serviços; c) aspecto funcional: são as organizações que têm o propósito de servir populações negligenciadas ou excluídas, melhorar suas condições de vida, promover transformações sociais.

Contudo, quando da realização de estudos comparativos entre organizações de diferentes países, os critérios acima apresentados podem, eventualmente, revelarem-se insuficientes, haja vista as diferentes realidades de cada país. Não obstante esta provável insuficiência em relação aos critérios para classificar as

organizações como sendo ou não do terceiro setor, o esforço na busca de parâmetros universais que propicie uma análise comparativa das organizações do terceiro setor em todo mundo é válido e tem contribuído para a ampliação dos estudos nesta área.

Por outro lado, esta definição estrutural-operacional não caracteriza as instituições quanto a sua função, abrindo um espaço para que uma ampla gama de organizações seja enquadrada na esfera do terceiro setor.

Assim, fazem parte do terceiro setor figuras como associações civis sem fins lucrativos dos mais diversos tipos, institutos e fundações privadas, (con)federações, sindicatos, partidos políticos, entidades para-estatais, igrejas, universidades, faculdades, escolas e hospitais.

Segundo Lester Salamon e Helmut Anheier (1992), as cooperativas populares, apesar da finalidade lucrativa, enquadram-se no universo do terceiro setor devido ao seu caráter específico de beneficiar a própria comunidade.

Conforme reflexão de Rubem César Fernandes (1994, p 27), “esta classificação, como qualquer outra, encontra problemas ao estabelecer limites, pois os casos fronteiros variam de significação conforme o contexto histórico e cultural”.

Além disso, a classificação em uma ou outra categoria desconsidera o fato de uma organização poder atuar em mais de uma área ou prestando mais de um serviço, o que dificulta uma classificação inteiramente fiel à sua atuação.

Em suma, Rubem César Fernandes (1994, p 27) define o terceiro setor da seguinte forma:

[...] pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, filantropia e do mecenato e

expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Esta definição incorpora a dimensão funcional das organizações, sendo mais representativa da percepção que as pessoas têm, de modo geral, sobre o que é o terceiro setor. Nesta perspectiva, o termo deixa de ser apenas uma classificação baseada na exclusão do que não é mercado e do que não é Estado.

No Brasil, a falta de consenso em torno do termo terceiro setor tem explicação na sua própria origem. Originário dos Estados Unidos da América (EUA), o termo reflete a realidade deste país, “onde a relação a uma tradição de Estado Social não aparece como primordial na sua história” (FRANÇA FILHO, 2001, p.52). Nos EUA, o terceiro setor tem forte relação com a filantropia empresarial, tendo surgido a partir da iniciativa privada. Já no Brasil, a relação com o Estado é clara desde as origens, como já foi colocado anteriormente (Herbert de Souza, s.d. *apud* SANTANA, 1992).

Andrés Falconer (1999, p. 10), afirma que:

Tampouco foi a identidade das tradicionais filantrópicas, ou mesmo as associações comunitárias e de base que deu o tom deste recém-descoberto setor. Mais problemática ainda é a atribuição do fenômeno à sociedade civil [...]. A construção do terceiro setor brasileiro, pode-se afirmar com segurança, deu-se de fora para dentro: de *fora do país* e de *fora do setor* para dentro dele.

Nesse sentido, é notória a fragilidade do termo terceiro setor. Não é que o terceiro setor brasileiro tenha surgido efetivamente de fora do país e de fora do setor para dentro dele. Prevalece, assim, a noção de que o termo terceiro setor engloba todos os tipos de organização que não possuem fins lucrativos, independente do foco em questões sociais, do interesse público ou coletivo.

Outro questionamento refere-se ao fato de que o papel do terceiro setor seria preencher lacunas deixadas pelo Estado ou pelo mercado, existindo a reboque destas duas esferas e, portanto, atuando numa perspectiva funcionalista. Como surgiu nos Estados Unidos, o termo terceiro setor “está bastante atrelado à teoria do *market failure/government failure*, como parte da estratégia do neoliberalismo” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 52 e 58).

Em sua tese de doutorado, Mário Aquino Alves (2002) evidencia alguns questionamentos sobre o uso da terminologia terceiro setor para designar as organizações da sociedade civil e atesta que se deve ao *Johns Hopkins Center for Civil Society Studies*, dos EUA, e sob a liderança de Lester Salamon, o renascimento e a ampla divulgação da expressão para todo o mundo. É fato que algumas organizações não simpatizam com a idéia de se identificar enquanto terceiro setor. Foi o caso da ABONG que, em 1998, declarou: “Nós não nos reconhecemos como parte do terceiro setor. Não achamos que esse modelo teórico contempla quem nós somos e o que fazemos” (Silvio Caccia Bava, então presidente da ABONG, *apud* FALCONER, 1999, p. 10).

Certamente, há uma dimensão política no termo ONG que não existe na expressão terceiro setor, daí a restrição ao seu uso por parte de alguns representantes de organizações não governamentais. Tal fato é compreensível, uma vez que o termo terceiro setor existe mais por exclusão, o que não é Estado nem mercado, do que por uma questão identitária das organizações.

Afinal, comparativamente à realidade das organizações do Estado e do mercado, não é nada comum, ao menos no Brasil, empresas se referirem a elas próprias enquanto segundo setor ou o Estado se identificar como primeiro setor.

Com base em Rubem César Fernandes (1994), na América Latina e, especificamente, no Brasil, é comum o uso da expressão organização da sociedade civil (OSC) para se referir as organizações que se distinguem do Estado e do mercado. Considerando a definição existente sobre terceiro setor, tanto faz falar OSC ou terceiro setor, pois ambos os termos representam a mesma coisa.

Diante desse contexto, por que se referir às organizações da sociedade civil como terceiro setor? Porque em torno dele há mais controvérsias e, por isso mesmo, mais discussões a respeito, atualmente.

Além disso, em se admitindo que fundações e institutos constituídos a partir da iniciativa empresarial não podem ser considerados organizações da sociedade civil, pois não surgem da sociedade civil, enquanto esfera autônoma, tais organizações seriam excluídas deste estudo, o que não ocorreu.

Retomando a questão de imprecisão conceitual e restrições ao uso da expressão terceiro setor, ressalta-se a contribuição de Leilah Landim (1993, p. 96), uma das principais responsáveis pela introdução do termo terceiro setor no Brasil a partir de uma parceria com o *Johns Hopkins*, que criticou o termo, apontando que

[...] evocando não o conflito, mas a colaboração e a positividade da interação, o termo terceiro setor tende a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas e talvez da história do Brasil.

Analisando esta crítica cuidadosamente, verifica-se que, de fato, a restrição não se refere ao termo terceiro setor em si, mas talvez ao fato desta esfera englobar organizações bastante diversas entre si e do discurso em torno do terceiro setor ser permeado pela cooperação com organizações das demais esferas, tanto do Estado quanto do mercado, o que pode acarretar a cooptação.

Porém, esta realidade ocorre independentemente da denominação ser terceiro setor (TS), organizações da sociedade civil (OSCs) ou, até mesmo, organizações não governamentais (ONGs).

Mário Aquino Alves (2002), faz uma crítica semelhante ao dizer que

[...] apesar de “incorporar” diversas vozes, o discurso do terceiro setor é, antes de tudo *monológico*, voltado para os interesses de uma elite que pretende — acima de tudo — criar ambientes “*business friendly*”. Para isso, procura assimilar uma linguagem que é muito cara a pessoas e grupos que efetivamente procuram transformar a sociedade, destituindo-a de seus significados originais (p. 308 - 309).

De fato, é preciso lembrar sempre que o terceiro setor engloba todos os tipos de organizações sem fins lucrativos e que, portanto, não é uma esfera homogênea.

Assim, é preciso ponderar comparações, por exemplo, entre uma ONG ambientalista como o *Greenpeace* e uma entidade sem fins lucrativos, criada e mantida por uma determinada empresa e que atua com projetos sociais para fins de marketing.

Cabe destacar que a falta de uma definição consensual precisa ocorre mesmo dentro do setor mais restrito das ONGs, conforme aponta Vakil (1997 *apud* ROESCH, 2002), que encontrou dezoito denominações diferentes para este grupo de organizações. Segundo esta autora, tal variedade ocorre devido à natureza multidimensional destas organizações, à natureza interdisciplinar inerente na literatura a seu respeito e na diversidade destas organizações. Seguindo as orientações de Rubem César Fernandes (1994, p. 32)

Pensar “terceiro setor” significa reunir sob uma mesma classe conceitual atividades tão distintas que, no passado, costumavam ser vistas como contraditórias ou mesmo antagônicas. Perceber a relevância desta possibilidade

de agrupamento ideal implica dar um passo no sentido de torná-lo eficaz e, neste sentido, acenar para a passagem do possível ao real.

Considerando-se as enormes desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e de modo particular no Estado do Amazonas, a concepção que privilegia a ação dos grupos organizados com a participação ativa do Estado é a mais adequada, pela sua capacidade de organização e articulação, condições essenciais ao enfrentamento da problemática sócio-ambiental local.

Referindo-se à atuação de organizações do terceiro setor na Amazônia, Leilah Landim (1993), diz que o surgimento e atuação aumentaram significativamente a partir da ECO-92.

Estudo realizado por Helena Tereza Ferreira Tupinambá (2000), referente à atuação das ONG's na Amazônia, dão conta que o Exército Brasileiro tem externado preocupação com a atuação das dessas Organizações na região. O General Luiz Gonzaga Lessa, ex-Comandante Militar da Amazônia, em depoimento à CPI das Ong's, referiu-se à elas como "ameaças estrangeiras" (p. 55), às quais a Amazônia estaria exposta, em razão da ausência do Estado, principalmente nas regiões de fronteira. Para o General, a atuação das ONG's na Amazônia, mesmo as de caráter humanitário é pautada no descaso do Estado. Outro ex- Comandante da Comando Militar da Amazônia, General Taumaturgo Vaz, é mais enfático e afirma que a internacionalização da Amazônia é fato consumado. Segundo ele:

Nas últimas décadas, as ONG's têm servido de instrumento de pressão ao grupo dos sete países mais ricos, o G-7, principalmente dos Estados Unidos, sobre o governo brasileiro, sob o pretexto de preservação (conservação) da floresta amazônica e todo o apelo ambientalista para que a floresta continue intacta. Sob o discurso, esconde-se, no entanto, o interesse futuro de exploração exclusiva de seus recursos biológicos e minerais. (Jornal do Commercio. "ONG's a serviço do G-7, diz general." Manaus, 27 de dezembro de 1999, p. 8. apud TUPINAMBÁ, 2000).

O Senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também tem expressado sua oposição às ONG's por estarem sendo, segundo ele, instrumentos de nações estrangeiras com o objetivo de internacionalizar a Amazônia para que o capital estrangeiro explore as riquezas naturais da região em detrimento das populações locais.

No discurso tanto dos opositores à atuação das ONG's na Amazônia quanto dos defensores, há um elemento em comum: a ausência de uma presença efetiva do Estado na Região.

Dentre as produções científicas de boa qualidade a respeito da intervenção das ONG's na Amazônia, estão as da Professora Marilene Corrêa. A pesquisadora aponta particularidades dessa ação:

O que tem acontecido com frequência é que essas ONG's têm um enorme suporte científico, elas se articulam com instituições de ensino e pesquisa; recebem uma concordância social muito ampla baseada na expectativa das populações pesquisadas e, no limite, são elas que ocupam uma fatia de espaço social que antes seria reservado às políticas públicas. Então, nesse sentido, é extremamente positiva a ação dessas ONG's. (Jornal do Commercio. A Amazônia é das ONG's, diz cientista. Manaus, 20 de junho de 1999, p. 3. apud Tupinambá, 2000.)

No entanto, a pesquisadora expressa preocupações a respeito dos mecanismos de execução e formulação das estratégias de gerenciamento e proteção ambiental que as ONG's propõem para os povos da Amazônia. O conhecimento desses mecanismos é dificultado pela pouca transparência e dificuldade de acesso a informações detalhadas acerca das mesmas. O estudo realizado pelas pesquisadoras supra mencionadas, a respeito atuação das ONGs ambientalistas na região aponta, dentre outras situações preocupantes, o fato de que 95% das organizações que aqui atuam terem sede fora do Estado.

Esse mesmo estudo aponta que existiam, até 1996, cerca de 119 ONG's atuando na Amazônia. Destas, 47 recebiam financiamento de agências internacionais. Observadas as tendências de crescimento de interesse e atuação de ONG's pela Região, esse é muito maior. Elas atuam basicamente em questões como educação ambiental, proteção do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento regional, saneamento básico, defesa dos povos indígenas etc.

Quando se constata que cerca de 70% das ONG's, com os mais diferentes projetos, têm como prática trabalhar com as populações locais, sem qualquer controle por parte do Estado, ficamos a nos perguntar: qual condução essas organizações vêm adotando na condução dos seus programas? Como ficam as populações locais nesse processo? Por que o Estado é tão ausente dessas discussões? Qual a trajetória histórica dessas organizações? Que compromissos elas têm assumido com as bandeiras de luta dos (as) caboclos(as), ribeirinhos(as), nações indígenas etc.?

Dentre essas organizações, algumas têm se destacado pela maior transparência das suas ações e pelo histórico de lutas em prol dos grupos em situação de exclusão na sociedade. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma delas.

Capítulo 2 – O TERCEIRO SETOR E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO AMAZONAS: UMA ARQUEOLOGIA DA CPT.

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e é causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da

segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis (**Situação Global - Carta da Terra**).

2.1 Introdução

Este capítulo apresenta a origem, o desenvolvimento e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil e no Amazonas.

Em primeiro lugar é discutido a origem, o desenvolvimento e a atuação da CPT nacional, enfatizando-se o contexto no qual ela foi criada, qual seja: o regime autoritário militar⁷ vigente no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Nesse período, os homens e as mulheres empobrecidos pelo grande capital, que tradicionalmente viviam e trabalhavam na terra, se viram obrigados a deixá-la. Essas mulheres e esses homens, apoiados pela ala da Igreja Católica⁸ comprometida com as transformações sociais e organizados em torno dos movimentos sociais envolvidos com a questão da terra, resolveram criar uma organização com o intuito de lutar pela Reforma Agrária no Brasil. Nascia então a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Desde o seu nascimento, a CPT teve uma relação muito próxima com a Amazônia, pois aqui as problemáticas ligadas à posse e usos da terra e da água sempre se configuraram como problemas para as populações tradicionais. Além disso, a CPT nasceu das lutas dos amazônidas em torno dessas questões. Nesse sentido, o resgate histórico da atuação da entidade na região, tema deste capítulo,

⁷ O regime autoritário militar teve início em 31 de março de 1964, quando o então presidente João Goulart foi deposto pelos generais Carlos Luís Guedes e Olímpio Mourão Filho, comandantes das forças armadas em Minas Gerais que, imediatamente, receberam o apoio das unidades da Guanabara, São Paulo e do Rio Grande do Sul. No dia seguinte ao golpe praticamente todas as unidades das forças armadas apoiaram a decisão de tomar o poder pela força. Este período foi caracterizado pela ausência de democracia, perseguição política, censura, tortura e assassinatos patrocinados pelos militares que haviam assumido o poder. Este regime terminou no dia 15 de março de 1985, após intensas reações da sociedade civil em todo o Brasil.

⁸ A Igreja Católica no Brasil é uma instituição secular e multifacetada do ponto de vista teológico. Em decorrência, têm-se múltiplas visões, interpretações e vivências dos ensinamentos do evangelho. Dentre estas correntes teológicas, duas se sobressaem: a tradicional que rejeita a atuação direta de padres e bispos junto a partidos políticos, movimentos sociais e quaisquer outros espaços de reivindicação popular e, a crítica, também conhecida como teologia da libertação que, ao contrário da tradicional, acredita e orienta os fiéis a relacionarem os ensinamentos bíblicos aos anseios e lutas populares.

procura discutir o contexto no qual o governo do regime militar autoritário, atendendo aos reclames do grande capital nacional e internacional, implementou os megaprojetos agro-extrativistas, agropecuários, mineradores, entre outros, expulsando as populações locais da terra, fonte de vida e componente essencial da sua identidade.

Em seguida, o texto discute a CPT no Amazonas. Aqui, o sentido da luta da entidade extrapola a questão agrária. A questão da água se configura como tão importante quanto a da terra. Os rios, lagos, igarapés, furos e paranás são fontes de sustento, via de transporte, locais de trabalho e matéria-prima do imaginário dos ribeirinhos e ribeirinhas.

2.2 A CPT no cenário nacional

O resgate da história da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no plano nacional, tem sido complexo. As fontes documentais escritas, além de exíguas, encontram-se dispersas. Tais fontes se resumem a textos emanados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alguns documentos disponíveis no sítio da CPT na *internet* e relatórios de atividades desenvolvidas pela CPT no Amazonas. Para complementar as fontes documentais escritas, recorreu-se aos depoimentos de homens e mulheres que participaram ativamente do nascimento e desenvolvimento CPT.

A pouca quantidade de documentos escritos se deve, em grande parte, à repressão que o regime autoritário militar (1964 a 1985) infligia sobre todas e todos que ousassem pensar e propor um novo mundo, uma sociedade e um novo homem, diferentes daqueles desenhados pelo sistema capitalista de então. Segundo Ivo Poletto (2006, p. 02), co-fundador da CPT Nacional, os participantes dos primeiros

encontros que culminaram na criação da CPT tiveram que “submeter-se à prática do nada escrito para não comprometer as pessoas envolvidas”. No entanto, completa ele, “essa submissão não teve nada de covardia, e sim seriedade de quem percebia como era importante agir com tática para garantir o mais importante: o desenvolvimento do trabalho a serviço dos deserdados da terra”. Por isso, boa parte dos poucos documentos escritos teve de ser eliminada como tentativa de preservar ao máximo os sujeitos engajados na luta pela terra em todo o Brasil.

A CPT nasceu como uma organização não-governamental voltada, inicialmente, para a questão do acesso a terra para as famílias que nela viviam e dela dependiam, porém não detinham sua posse legal e nem sua propriedade definitiva. Com o passar dos anos a organização passou a incorporar novas bandeiras de luta, dentre as quais se destacam: a) o envolvimento em prol das causas dos indígenas e das indígenas, dos caboclos e das caboclas, dos ribeirinhos e das ribeirinhas e de outros grupos marginalizados; b) a defesa dos princípios, mobilizações e experiências em torno da questão do desenvolvimento sustentável e c) a luta pela água.

Os documentos consultados e os depoimentos colhidos e sua posterior análise evidenciam que a CPT nasceu na década de 70 do século XX, em pleno regime autoritário militar, no seio da Igreja Católica, notadamente das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Estas comunidades surgiram a partir de grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, reuniam-se para refletir e transformar a realidade à luz dos textos do evangelho.

Da reunião desses homens e mulheres organizados em torno das CEB's e inspirados nos textos bíblicos, começou a ganhar força a postura de reivindicação por melhorias, seja no bairro ou no campo, ao mesmo tempo em que apertavam o

passo na caminhada para uma tomada de consciência acerca da situação econômica social e política do Brasil.

Ao longo desta trajetória, enquanto grupo preocupado e envolvido com as questões comunitárias, um evento fortaleceu sobremaneira as CEB's no Brasil o Concílio⁹ Vaticano II que, em linhas gerais, reviu algumas posições historicamente conservadoras da Igreja Católica, possibilitando uma abertura no sentido de reconhecer a necessidade de uma nova postura dessa mesma Igreja frente à pobreza, ao analfabetismo, à concentração fundiária, dentre outros processos excludentes gerados pelo capitalismo, em todo o mundo e, em especial, na América Latina.

Esta postura teológica, relativamente nova de parte da Igreja Católica, foi respaldada, no decorrer do regime autoritário militar no Brasil (1964 a 1985), por um arcabouço teórico conceitual e teológico emergente na América Latina conhecido como “Teologia da Libertação” (BOFF e BOFF, 1986, p. 9).

BOX 5

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação é um movimento teológico que ganhou força durante o Concílio Vaticano II. Esta teologia caracteriza-se pela valorização da ação de Deus na história, como fonte de libertação social e pela valorização da práxis social libertadora, como expressão de fé em um Deus libertador. Os teólogos deste período, católicos e protestantes, assumiram a libertação como paradigma de todo o fazer teológico. O termo libertação foi cunhado a partir da realidade econômica, social, política e cultural sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 60/70 do último século. De acordo com Mondin (1980, p. 25-26): O ambiente político é geralmente caracterizado pela presença de governos que administram o poder arbitrariamente em vantagem dos ricos e dos poderosos, fazendo amplo uso da força e da violência. [...] O ambiente econômico e social está marcado pela miséria e pela marginalização da maior parte da população. Os recursos econômicos são controlados por um pequeno grupo de privilegiados [...]. No ambiente cultural se verifica ainda uma notável dependência da

⁹ Concílio é uma reunião oficial da Igreja Católica da qual participam os bispos do mundo inteiro. Nela são discutidas e deliberadas as principais questões teológicas que servirão de norte para a atuação da Igreja Católica. Esta reunião é coordenada pelo Papa ou por alguém por ele delegado. O primeiro concílio da Igreja Católica ocorreu em Nicéia, no ano de 325. O Concílio Vaticano II, importante pela mudança de postura da Igreja Católica, ocorreu em Roma de 11/10/1962 a 07/12/1965 (CNBB, 2006).

Europa e dos Estados Unidos. Na ciência como na filosofia, na arte como na literatura, quase nada é concedido à originalidade das populações latino-americanas. O quadro de degradação apresentado na América Latina é o fundamento gerador do conceito de libertação. A libertação, então, é toda “ação que visa criar espaço para a liberdade” (BOFF, 1986, p. 87). Ser livre, de uma maneira sintética, é poder construir-se autonomamente.

Durante o regime autoritário militar, o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter, já que a CNBB, apesar de possuir uma ala combativa que se postava frontalmente contra tal regime, no seu conjunto gozava de prestígio junto aos governantes militares. Este prestígio devia-se ao apoio que parte do bispado prestava ao regime político do país, capitaneado pelos governos militares.

Não obstante o vínculo da CPT com a Igreja Católica, por ocasião do seu nascimento, já nos primeiros anos a CPT adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que por ela eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Neste contexto de esperanças e de lutas por parte desses grupos de pessoas, organizadas em prol de uma vida menos sofrida e por um novo modelo de repartição desse meio de produção essencial que é a terra, emerge a CPT. Segundo Dom Balduino (2006, p. 02):

Nossos Padres Conciliares, de volta do Concílio para suas Igrejas e procurando ser fiéis a esta abertura para o mundo, encontraram, naturalmente, não o mundo europeu, do ter, do saber, do poder, onde se realizou o Concílio, mas o mundo “de abajo”, como diz Gustavo Gutierrez. É o mundo dos negros escravizados, dos camponeses oprimidos e dos índios massacrados ao longo de cinco séculos. Por outro lado é também o mundo de um extraordinário e riquíssimo cabedal humano e cultural, além de uma formidável história de lutas populares de heróica resistência. É muito ilustrativa esta abertura eclesial com a convergência entre, de um lado o encontro dos antropólogos, em Barbados, em janeiro de 1971 e, do outro, o dos Prelados, estando presente Mons. Leônidas Proaño, e missionários indigenistas de cinco países, reunidos em Iquitos, na Amazônia peruana, em

março do mesmo ano. Barbados levantou uma crítica implacável à missão indigenista de modelo colonialista e concluiu radicalmente pelo fim de toda a atividade missionária. Em Iquitos, os religiosos ao se perguntarem sobre a nova missão evangelizadora da Igreja junto a essas populações que vivem em desesperada situação de marginalização, concluíram pela solidariedade com eles e por uma pastoral libertadora.

Observa-se, neste depoimento de Dom Balduino, um dos bispos responsáveis pela criação da CPT, a preocupação com uma autocrítica da ação missionária da Igreja Católica. De fato, a Igreja Católica, até aquele momento, lançava um olhar displicente e por vezes conivente para com a injustiça institucionalizada no Brasil. As políticas públicas do governo federal e dos governos estaduais de então, direcionadas à questão fundiária brasileira, eram um exemplo cabal do desrespeito para com as comunidades rurais, tanto pela ausência de programas de apoio efetivo às práticas econômicas por elas desenvolvidas, quanto pela brutal indiferença para com a luta dessas comunidades pela posse e propriedade da terra.

Essa nova postura de parte desse setor combativo da Igreja Católica contribuiu, para que outros atores sociais, notadamente as organizações indígenas e de remanescentes de quilombos se engajassem na luta pelo que entendiam serem seus direitos.

Numa década de efervescência popular e de repressão militar no Continente todo, de modo especial no Chile, na Nicarágua, em El Salvador, no Brasil, a abertura da Igreja permitiu a irrupção do povo no seu seio. É a entrada dos pobres que trazem consigo para dentro da Igreja uma imensa riqueza. Com efeito, eles se ligam historicamente a Sepé Tiaraju, a Zumbi dos Palmares, a Canudos do Conselheiro e, mais recentemente, às Ligas Camponesas do Nordeste e a Trombas e Formoso do Centro Oeste[...] (BALDUÍNO, 2005, p. 02).

Desta maneira, fortalecidos por novas referências históricas de lideranças, as comunidades na sua trajetória de lutas em prol de espaços de organização e de auto-afirmação, se viram revigoradas. Entretanto, é preciso enfatizar que o nascimento da CPT não é decorrência da benevolência dessas lideranças religiosas ou da Instituição à qual estavam vinculados. Ela é fruto da conquista dos grupos que historicamente estiveram marginalizados. Para fazer valer seus direitos eles teriam caminhado com ou sem o apoio da Igreja Católica.

Poder-se-ia dizer que a Igreja Católica passou por um processo de conversão na medida em que, abertamente, começou a apoiar a causa dos que lutavam pela terra e pela água. Essa conversão não foi fácil. Até mesmo os bispos que mais tarde se tornariam internacionalmente conhecidos por suas posições em favor daqueles que lutavam pela terra e pela água, por vezes titubearam por receio da punição por parte da Instituição que representavam, além do medo gerado pela repressão do regime autoritário militar. Neste sentido, as palavras de Dom Balduino (2005, p. 02) são especialmente significativas:

[...] Havia uma situação de sufoco geral. A repressão que já vinha pegando lavradores começou a atingir os próprios agentes de pastoral, inclusive Bispos, como Dom Pedro Casaldáliga. A Ditadura tinha uma política equivocada da terra, de favorecimento do grande capital na Amazônia, que foi comprando pelo mapa enormes extensões de terras na mão dos governadores. Em seguida eram os conflitos com as populações indígenas e camponesas e a devastação da floresta para a criação do gado. O assunto foi levantado na Assembléia dos Bispos para que o Episcopado assumisse a problemática. Foi uma decepção! [...] Estávamos convencidos de que a Conferência já então pelo seu tamanho não teria condições de ver com clareza a sua missão nesta realidade tão nova, complexa e conflitiva. Alguns Bispos resolveram, então, organizar um pequeno grupo comprometido com o estudo sério da realidade e, em seguida partir para a ação que estivesse ao nosso alcance. O próprio Dom Helder dizia então: “não, de jeito nenhum; eles vão interpretar isso como um cisma”. Mas depois foi ele quem mais nos ajudou, devido justamente aos seus conhecimentos de pessoal que poderia nos assessorar e à sua facilidade de articulação.

Passada essa fase de conversão de alguns bispos importantes no cenário nacional à causa do acesso democrático à terra, teve início uma série de ações que culminariam na criação da CPT. Reunidos, informalmente, resolveram lançar

documentos que acabaram por subsidiar a práxis dos grupos que lutavam pela posse e propriedade da terra e, mais tarde, da água. Por essa ocasião, as lideranças tanto das Igrejas quanto dos trabalhadores e trabalhadoras que lutavam pela terra e pela água, resolveram lançar, de maneira simultânea, documentos denunciando a questão fundiária, a questão da água e outras que dificultavam a construção de condições dignas de vida para boa parte da população brasileira.

Pretendíamos que fossem geradas reflexões sobre a realidade fundiária do Centro-Oeste, do Sul, do Norte e do Nordeste do Brasil. Estes documentos foram os seguintes: “Ouvi os clamores do meu povo”, do Nordeste; “Marginalização de um Povo, o grito das Igrejas”, do Centro-Oeste e, depois, para a área indígena, “Y-Juca-Pirama - o Índio, aquele que deve morrer”. Haveria um quarto documento discutindo o mundo do trabalho que ficara a cargo de Dom Paulo Evaristo Arns, mas este não chegou a ser publicado. Em 1974, já como fruto da repercussão desses três documentos, acontece um primeiro encontro de articulação em Salvador, Bahia, e aí já não entram só Igrejas, entram também grupos de assessoria, dentro os quais se destaca o CEAS¹⁰. (BALDUÍNO, 2005, p. 03) [...]

Durante o ano de 1974, houve um outro encontro no Rio Grande do Sul, que tinha uma relação muito forte com o Centro-Oeste e abrindo para o Nordeste e o Norte. Neste encontro em que estavam presentes, dentre outros bispos, Dom Fernando Gomes, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Valdir Calheiros, surgiu a idéia de empreender ações diferenciadas de articulação dos trabalhos ligados ao mundo do campo, ao mundo urbano, ao mundo operário e das periferias. A proposta de diversas articulações teve como matriz o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um conselho composto de estrutura mínima de 8 (oito) pessoas sendo, portanto, de uma estrutura menos burocrática e mais ágil. A escolha do CIMI como modelo organizacional para a nova Organização que se pretendia criar decorreu do fato de que, em uma das reuniões do Conselho, um dos participantes do encontro, Pe.Tomás Lisboa, jesuíta, teria levantado a proposta da realização de encontros entre chefes de tribos diferentes, com apoio dos bispos acima referidos e das

¹⁰ O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) é uma entidade jurídica sem fins lucrativos, ligada à Companhia de Jesus, integrada por jesuítas e profissionais leigos. Fundado pela Companhia de Jesus em 1967, o centro se inspira nos valores humanos e evangélicos da justiça e da solidariedade, buscando contribuir para a superação da miséria e da exclusão.

missões. Tal ação seria uma oportunidade única deles dialogarem entre si, discutirem sobre suas vidas, sobre o que queriam de fato e o que poderiam realizar. Inicialmente achou-se a idéia absurda, mas logo se percebeu que era este o melhor caminho. Dom Balduino (2005, p. 05) relata assim as assembléias do CIMI, a partir dessa nova forma de participação dos religiosos missionários:

Aquilo foi como o ovo de Colombo. A partir da primeira experiência acontecida em Diamantino, MT, seguida de várias outras, em que os religiosos missionários se sujeitavam à disciplina de deixar os índios sozinhos na assembléia, sem a presença de religiosos, de jornalistas, de técnicos, para que eles ficassem inteiramente livres para discutir e decidir. Foi a grande revelação. Eles saíam dessas assembléias com três certezas: a primeira, que o inimigo do índio não é o índio - eles que viviam em guerra de hostilidade uns com os outros, guerras até culturais; segunda certeza, a necessidade de recuperação da cultura; e terceira certeza, a recuperação das terras - eles mesmos, com a sua própria cabeça, com suas próprias pernas. Nossa missão era simplesmente apoiá-los. Esta nova pastoral missionária, reconhecendo no índio a condição de sujeito histórico, continua ainda hoje e provocando a reação da política indigenista oficial. A Assembléia dos povos indígenas em abril de 2000, em Coroa Vermelha, Bahia, irritou profundamente o Governo que não gostou daqueles 3000 índios que não estendiam mais as mãos como mendigos, mas reivindicavam energicamente como cidadãos. Gente do poder dizia que aquilo não era coisa de índio. Eram os missionários que estavam por trás. E foi uma inspiração semelhante a esta que animou o nascimento e a organização da CPT.

No entanto, conforme foi frisado anteriormente, apesar do apoio de parte da Igreja Católica, dentro desta Instituição havia um grupo de religiosos (as) que não comungavam dessa forma de organização baseada na autonomia. Há posicionamentos muitas vezes conflitantes, resultado de alianças com o poder

político o que acaba se chocando com a opção fundamental do Concílio Vaticano II, a favor da libertação dos pobres. O dado positivo é que o diálogo prossegue entre essas duas facções de uma mesma Igreja.

Foi nesse clima de diferenças ideológicas, mas dialogando, que em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO), ocorreu um Encontro de Pastoral da Amazônia Legal, coordenado por Dom Fernando Gomes dos Santos. O processo de gestação da CPT caminhava para um desfecho: seu nascimento.

A primeira preocupação do grupo reunido em Goiânia foi a Amazônia. Havia uma proposta desenvolvimentista do Governo Militar para a Amazônia Legal¹¹, baseada fundamentalmente nos interesses dos empresários, sobretudo da indústria de São Paulo. Os investimentos previstos para a implementação desse projeto eram oriundos de especuladores do Brasil e do exterior. Segundo Balduino (2005, p. 06) “a proposta do Governo Federal contava com muito dinheiro, muito incentivo e muita ambigüidade, com objetivo econômico desenvolvimentista e objetivo político de segurança nacional”.

Com a implementação do projeto do governo militar, os problemas nos Estados do Pará, Amazonas, Roraima, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, notadamente nas áreas indígenas e camponesas, não tardaram a acontecer. Logo se percebeu que o problema abrangia, com não menor tensão e gravidade o Brasil como um todo. Observou-se a apropriação das terras onde viviam as populações tradicionais por parte dessas empresas.

¹¹ A expressão Amazônia Legal refere-se à área de atuação da antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), extinta pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 2002. A Amazônia Legal compreendia, além dos Estados da Região Norte, partes dos Estados do Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Goiás (IBGE, 2006, p. 02).

A conjuntura dessa época caracterizava-se pela pequena quantidade de organizações de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Movimento dos Sem Terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP) etc. Nessa época, a quase totalidade das Organizações Não-Governamentais (ONG's) ainda não haviam sido criadas. De acordo com Ivo Poletto (2006, p. 04).

Essas organizações serão conquistadas dos anos 70, mas começarão a funcionar na década de 80. Existiam sindicatos ligados ao campo, federações e a CONTAG. Mas é preciso lembrar que houve uma grande degola de lideranças, tanto em sindicatos quanto em instâncias de articulação. No início dos anos 70, por exemplo, as lideranças da CONTAG mantinham um discurso classista, mas aceitaram as tentações de Médici, transformando os sindicatos em agências de assistência social em troca de uma relativa liberdade de atuação.

Aspecto importante da conjuntura na qual se originou a CPT é a relativa liberdade de ação em relação à Igreja Católica, apesar de ser uma organização de um profundo mergulho na ética cristã. Faz parte de seus compromissos respeitar e apoiar o protagonismo dos camponeses na sua condição de sujeitos, autores e destinatários. A luta pela terra e pela água é uma das razões de existir da CPT. Nas palavras de D. Tomás Balduino (2005, p. 05), refletindo sobre a visão que a CPT tem em relação à terra, afirma:

[...] “Terra é mais do que terra”. Justamente porque terra é chão e símbolo. É, sem dúvida, o pedaço de terreno necessário à subsistência da família, mas é também a Terra prometida, cuja conquista só acontece na união, na organização, na luta de enfrentamento contra os donos que se apóiam nas instituições públicas. Terra é espelho revelador das estruturas de opressão incrustadas na nossa sociedade. É o lugar da convivência de uns com os outros, com a natureza, com a memória dos ancestrais e dos que nos antecederam na luta dando a vida pela justiça na terra. Terra é partilha, é festa, é celebração, é romaria. Terra é dignidade, justiça, igualdade, participação e solidariedade. Terra é democracia, é mudança radical e profunda, é nova sociedade. Terra é a criação toda, é a natureza que já clama por saúde e vida no chão, no ar, nas águas, nas plantas, nos peixes, nas aves, nos animais, no homem e na mulher. Terra é Mãe Terra. Terra é Pachamama!

Às visões proféticas, aqui entendidas como sendo portadoras de uma mensagem de esperança, poética e política da terra, somam-se a preocupação sócio-ambiental, uma das tônicas no trabalho desenvolvido pela CPT.

A preocupação sócio-ambiental está presente tanto nacional quanto localmente, conforme o exposto no item 1.2.1 do capítulo anterior. Neste sentido, considera-se pertinente repensar as bases teórico-metodológicas relativas a esta questão. Segundo Antônio Carlos Diegues (2000) hodiernamente está em curso uma nova visão ambiental, pela qual não se concebe como sendo razoável tentar compreender tal questão desconsiderando-se a estreita relação entre

natureza e sociedades humanas. Esta visão é baseada nos estudos de Moscovici (1974, p. 121), segundo o qual esta nova visão, por ele definida como um novo naturalismo estaria baseada em três idéias fundamentais:

- a) O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto [...]. Neste sentido, o que traz problemas não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza [...]. Antes de tudo trata-se de considerar o homem como uma força da natureza, uma força entre outras. Seu interesse lhe aconselha a estreitar suas relações, de permitir que outras forças se desenvolvam, se renovem.
- b) A natureza é parte da nossa história. Não se trata de voltar atrás para reencontrar uma harmonia perdida. A natureza é sempre histórica e a história é sempre natural. O problema hoje é encontrar o estado da natureza conforme nossa situação histórica.
- c) A coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. A sociedade pertence à natureza, consequentemente é um produto do mundo natural por um trabalho de intervenção constante. Ela é ao mesmo tempo parte e criação da natureza.

Esta nova visão propõe um tipo de relação na qual o homem e a mulher partilham uma realidade diferente, uma nova racionalidade, da qual eles podem participar e ajudar a construir. Compreende-se que a natureza, assim como a realidade, é plural e conflitiva e é nessa relação que a troca construtiva se estabelece. Não se impõe, partilha-se. É nessa perspectiva que a CPT procura atuar: o homem, a mulher e a comunidade juntos da natureza e não distantes dela, como querem alguns movimentos que cultuam o “mito da natureza intocada”, conforme estudo realizado por Antônio Carlos Diegues (2000).

A CPT soma coro com as vozes que denunciam os mega-projetos econômicos na Amazônia. Estes projetos, muitas vezes são financiados por Órgãos Oficiais do Governo Federal, notadamente do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de Órgãos Estaduais de Fomento, desconsiderando as populações que tradicionalmente vivem na região a exemplo dos vários povos indígenas, das comunidades de remanescentes de quilombos e das várias comunidades ribeirinhas. Estes grandes

projetos agropecuários e/ou agro-extrativistas, como o Projeto Jarí, os projetos de mineração como o Projeto Pitinga e o Projeto Carajás e os projetos de barragens como o Projeto Balbina deixam por onde passam um rastro de destruição ambiental, enriquecem especuladores, restando às populações locais um espaço onde não é mais possível viver com dignidade, nem mesmo sobreviver.

Esta relação que os megaprojetos estabelecem com a terra e a água não interessam aos homens e mulheres que nelas vivem e delas retiram seu sustento. Conforme afirma Edna Castro (2000, p. 167), os espaços para as populações ditas tradicionais,

além de possibilitar integração entre vida econômica e social do grupo, onde a produção faz parte da sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas.

Nesta trajetória, estes homens e mulheres foram percebendo que a produção precisa ser saudável, que o meio ambiente tem que ser respeitado, que a água é um bem finito. Diante destes dilemas, quais as alternativas possíveis? Muitas, segundo a CPT. As cooperativas agro-extrativistas, as cooperativas de pescadores e a agricultura familiar são alguns exemplos.

Em cada região, o trabalho da CPT adquire uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresenta. Isto se dá sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência que é o de estar a serviço das causas das causas dos sujeitos coletivos. O homem e a mulher do campo e/ou ribeirinho é que definem os rumos que querem seguir rumo aos seus objetivos e suas metas. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a organização conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas de sua história são os homens e as mulheres camponeses (as)/ribeirinhos(as).

Os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todas as suas ações, que, explícita ou implicitamente, busca defender os direitos individuais e coletivos básico dos sujeitos com os quais ela se envolve. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e da água.

2.3 A CPT anfíbia no Amazonas

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra no Amazonas (CPT-AM) está associado às lutas contra a subordinação das comunidades rurais e ribeirinhas ao grande capital e ao latifúndio na Amazônia. Desde as primeiras tentativas de organização das comunidades, essa preocupante realidade nacional e também regional esteve presente.

Segundo Ana Alice Britto (2006, p. 01),

A Amazônia não era apenas uma razão para a ação pastoral se organizar contra o domínio da terra pelo capital que dependia da subordinação servil da massa popular, era, de fato, um grande motivo para mobilizar os agentes pastorais e o povo expropriado contra a subjugação do campo ao capital que escraviza o homem ao trabalho servil para o latifundiário, estimulando a migração para a cidade.

O Estado do Amazonas é um exemplo típico dessa onda migratória. O Estado possui uma área de 1.549.586 km², que corresponde a 40% do espaço da Região Norte e a 18,4% do território brasileiro, o que torna o Amazonas o Estado com maior extensão territorial do Brasil. Contudo, possui um número reduzido de municípios, somando apenas sessenta e dois. Quando comparado ao seu tamanho, implica o reconhecimento de que a maioria deles possui grandes extensões territoriais. Quase 40% dos municípios apresentam tamanhos superiores a 20.000 km². Essas grandes extensões contrastam com os baixos quantitativos demográficos, gerando uma baixa densidade demográfica, de 1,36 hab/km², irregularmente distribuídos ao longo dos grandes vales fluviais que cortam o Estado. A exceção mais evidente fica por conta da cidade de Manaus, que experimentou um forte incremento populacional expresso

através de um número de 314.197 habitantes em 1970, para 618.435 habitantes em 1980, 1.010.544 em 1991, 1.405.835, em 2000 e 1.888.185, em 2001 (IBGE, 2002).

Como principal centro urbano do Estado do Amazonas, Manaus também se notabilizou nas décadas de 70 e 80 por sediar um grande pólo industrial do gênero eletroeletrônico, refletindo a política de descentralização do sistema industrial, via incentivos fiscais, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Através do Decreto-Lei no. 288, de 1967, implementou-se a Zona Franca de Manaus que foi concebida como uma área de livre comércio de importações e exportações e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia em centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face de fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Os anos que se seguem à criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) são marcados por uma intensa atividade comercial que provocou uma série de transformações na fisionomia do Estado do Amazonas e induziu o crescimento urbano, com a consolidação e instalação do parque industrial. A Zona Franca de Manaus pode ser vislumbrada em duas etapas de desenvolvimento. A primeira etapa deu-se na implantação do setor comercial e é conhecida como comercialização intensiva. A segunda etapa efetivou-se com o surgimento do setor industrial e conhecida como industrialização sistemática, viabilizada a partir de 1974 com a efetiva consolidação do Parque Industrial de Manaus.

Com o advento da Zona Franca de Manaus (ZFM) os problemas fundiário e da água ganharam visibilidade. Os maciços investimentos por parte do Estado brasileiro e do grande capital nacional e multinacional em indústrias e em megaprojetos

agropecuários e de exploração mineral expôs a ausência de uma política para as famílias dos pequenos agricultores, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e outros grupos menos favorecidos. Estes sujeitos não mais dispendo dos seculares meios de sobrevivência para permanecer em suas comunidades, são obrigados a deixarem suas terras, migrando para a periferia de Manaus e de outros centros urbanos no entorno dos sítios desses megaprojetos submetendo-se ao subemprego e precarização das condições de vida. Neste contexto, os raros postos de trabalho sequer remuneram o trabalhador e a trabalhadora o suficiente para suprir suas necessidades básicas e a de suas famílias.

De outras regiões do Brasil também vieram grandes levas de trabalhadores e trabalhadoras para o Amazonas em busca de uma condição de vida melhor. Desses, os nordestinos são os mais numerosos. Fugindo das secas e, principalmente, de uma estrutura fundiária concentradora, Manaus passou a receber diariamente grandes quantidades de migrantes em busca de um emprego no Distrito Industrial. Manaus deixava de ser uma cidade pacata.

Título: Origem da população residente em Manaus

Lugar de nascimento	População residente		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Estado do Amazonas	1.888.185	918.547	969.638
Estado do Pará	151.155	74.278	76.877
Demais Estados da Região Norte.	28.336	14.374	13.962
Região Nordeste	79.492	46.738	32.754
Região Sudeste	18.857	10.735	8.122
Região Sul	11.895	5.804	6.091

Região Centro-Oeste	5.220	2.900	2.320
Estrangeiros	2.610	1.740	870
TOTAL	2.185.750	1.075.116	1.110.634

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios, 2006 – Adaptada.

O processo migratório foi intensificado a partir da “adoção” dessa nova vocação econômica que teve a mão-de-obra suprida localmente, com o deslocamento do interiorano para Manaus em busca de trabalho, no setor comercial e industrial emergente. A consequência desse processo migratório é que Manaus vivencia um crescimento desordenado, cuja face mais visível é a proliferação de favelas construídas em áreas ocupadas, porém sem a necessária infra-estrutura básica, desprovidos dos serviços de água, esgoto, pavimentação, iluminação e outros.

Com o inchaço da cidade de Manaus aumentou-se a demanda por alimentos. A pesca comercial sobrepujou a pesca de subsistência, a terra antes pouco usada para a pecuária, gradativamente, transformou-se em alvo de grandes fazendeiros interessados na criação de gado para abastecer o centro urbano em crescimento contínuo.

Ana Alice Britto (2005, p. 02) descreve assim a realidade de Manaus nessa época:

À medida que a cidade se expandia, a zona rural ia conhecendo o peso do contingente populacional concentrado em Manaus. A disputa pela permanência na terra colocava os rurícolas entre três vilões: vantagens oferecidas pela cidade grande, a falta de políticas públicas voltadas para o pequeno agricultor e os grandes comerciantes dispostos a pagarem o suficiente para o interiorano seguir seus sonhos de conhecer a cidade grande e trabalhar na Zona Franca de Manaus.

É nesse contexto que é criada a Comissão Pastoral da Terra, Regional Amazonas. Segundo Marskell (apud Britto, 2005) a CPT-AM nasceu em meio aos conflitos patrocinados pelo militarismo. Ao ceder grandes extensões de terras para indústrias produzirem, o governo acabou lançando os trabalhadores rurais e suas terras nas mãos das empresas. Exemplo disto foi a empresa Rio Madeira que colocou muitas terras em seu nome e de familiares dos proprietários da empresa, terras onde o agricultor já derramava seu suor há muito tempo.

Com intuito de acompanhar as populações tradicionais do Estado – agricultores(as), ribeirinhos(as), trabalhadores(as) rurais e índios(as) - que como a situação do homem e da mulher do campo de outros Estados, eram perseguidos e ameaçados por jagunços, pistoleiros, latifundiários e seus capangas, nos dias 25 e 26 de setembro de 1977, foi realizado em Manaus, por representantes da CNBB, um encontro local.

A finalidade do encontro era escolher a equipe organizadora da Comissão Pastoral da Terra em nível regional e encaminhar, a alguns municípios do Amazonas, notadamente aos do Alto Rio Negro e Alto Solimões, um questionário para identificar os principais problemas de terra e água na região.

Para complementar a pouca disponibilidade de registros escritos acerca da criação e desenvolvimento da CPT-Amazonas, procurou-se recorrer a registros orais por entender que estes são fontes imprescindíveis para o resgate dessa trajetória. No caso da CPT no Amazonas, foi possível identificar e colher os registros orais de uma de suas co-fundadoras, a freira da Congregação das Adoradoras do Sangue de Cristo (ASC), Irmã Marília Therezinha dos Santos Menezes.

Os agentes pastorais, que trabalharam assiduamente sobre as reuniões preparatórias para a Assembléia Nacional, realizada em Goiânia, em novembro de 1977, foram Dom Jorge Marskell, na ocasião Administrador Apostólico da Prelazia de Itacoatiara, indicado para ser o primeiro coordenador da CPT-AM, e a Irmã Marília Menezes.

Nesses encontros preparatórios foram identificadas, por parte dos agentes pastorais que acompanharam a vida no campo, as seguintes necessidades de ação:

- Buscar uma linha comum de Pastoral da Terra, para que seja possível a todos os animadores desta Pastoral;
- Quanto à TERRA, ver bem quem precisa, com quem está ela, quanta terra precisa um lavrador e o modo de conquistá-la;
- Ver bem qual a vocação do lavrador amazonense, descobrindo sua história, seus valores culturais, sua experiência como base para desenvolver ou despertar seu amor à terra, e a decisão de usar mais técnicas, a fim de fixar-se a terra;
- Dar atenção à conscientização dos missionários;
- Possibilitar maior e mais profundo conhecimento das leis da Terra, e legislação trabalhista rural, tanto aos missionários quanto ao povo lavrador amazonense. Para isso, cuidar da elaboração de subsídios pastorais que desenvolvam esta capacitação;
- Despertar e colaborar para que haja maior união e solidariedade entre os trabalhadores rurais, favorecendo sua organização autônoma como único caminho para superar a dependência a que foram induzidos;
- Descobrir um método de ação que promova a participação do povo nas iniciativas e o pôr em ação;
- Conhecer bem nossa realidade, documentando os fatos e descobrindo suas causas. Descobrir, além disso, meios de informar o povo sobre o que está acontecendo;
- Conhecer os organismos oficiais que atuam no meio rural, localizando o que determina sua ação.
- Alimentar a solidariedade e união entre os trabalhadores rurais da região, contribuindo para que o povo lavrador assuma suas necessidades e conquiste seus direitos foi o objetivo geral estabelecido pela Comissão Pastoral da Terra no Estado do Amazonas (Relatório do I Encontro Regional para a criação da CPT-AM, apud BRITTO, 2005, p. 03).

Diante dessas necessidades, os agentes responsáveis pela criação da Comissão do Amazonas tiveram que adequar as ações pastorais à realidade regional, por meio de cursos e encontros de lideranças pastorais, conscientização dos missionários em relação à importância da CPT para o Estado, levantamento de problemas agrários e/ou outros em cada região do Estado, elaboração de uma versão popular das Leis Agrárias, conhecimento da legislação e história dos sindicatos, avaliação da ação dos missionários e das práticas agrícolas que precisavam ser animadas.

Conscientes da necessidade de implementação de tantas ações, foram enviados questionários aos Municípios de Itacoatiara, Parintins e Borba. Também foram enviados questionários para a sede da Prelazia de Tefé, para os municípios do alto Rio Negro, para Roraima e para a Arquidiocese de Manaus. Os dados obtidos através desses questionários permitiram à equipe identificar os traços da realidade vivida pelas comunidades das áreas mais conflituosas no Amazonas.

Em novembro de 1977, na Assembléia Geral da Comissão Pastoral da Terra, todos os dados levantados foram apresentados e complementaram as análises das CPT em nível nacional, acerca da realidade local. Tais informações consubstanciaram os objetivos e as linhas de ação traçados para a CPT a partir daquele momento. A saber:

- Apoio ao lavrador em sua luta por uma Reforma Agrária substancial e racionalmente dirigida;
- A reformulação nacional da Justiça Agrária;
- A efetivação de um sindicalismo rural autêntico;
- A fixação do homem do campo na terra onde vive e trabalha, ou quando muito a troca dessa terra por outra em condições aceitáveis, nunca por indenizações que acabam sempre sendo frustrantes;
- Envolvimento, cada dia mais consciente, nessa luta de afirmação, organização e reivindicações, de toda a família do lavrador: a mulher do campo, sempre marginalizada e os filhos e os jovens, desiludidos pela situação do campo e

tentados pela miragem da cidade (Relatório do I Encontro Regional para a criação da CPT-AM, apud BRITTO, 2005, p. 04).

Todas as decisões definidas naquela Assembléia, incluindo os objetivos e a reafirmação do Estatuto da Comissão Pastoral da Terra, marcaram a oficialização da Pastoral em vários Estados, incluindo a do Amazonas que acabara de dar os primeiros passos em direção às condições dos ribeirinhos ameaçados pela escassez do pescado.

Desde sua implantação no Amazonas, a Comissão Pastoral da Terra prestou assessoria aos ribeirinhos(as) que já se organizavam há mais de 20 anos nos Movimentos de Preservação (Conservação) dos Lagos, criados com a finalidade de inibir a pesca predatória e desequilíbrio ambiental. A CPT-AM deparou-se com problemas que advinham não somente da terra, mas da água: um deles o peixe, era, e ainda é o alimento básico da população amazonense.

Ao atuar junto às organizações ribeirinhas pela conservação dos lagos, a CPT-AM percebia um desafio a mais que a diferenciava das outras regiões, o de se adequar às peculiaridades do Estado, com a consciência de que hoje, a realidade do campo brasileiro e das condições sócio-ambientais globais suscitam novos desafios que devem ser incorporados à luta pela terra, como uma luta por reforma social e ambiental.

O Amazonas é o maior Estado do país, tem a maior bacia hidrográfica do mundo. Portanto, jamais poderia ter uma comissão de terra apenas preocupada com o lavrador e esquecer que o mesmo conta com o peixe para garantir a sua sobrevivência. Em entrevista, o Padre Dionísio disse que aqui no Amazonas a CPT é anfíbia, uma CPT que está na água, está na terra. A CPT do Pará, do Maranhão e outras discutem só o problema da terra. Nessas regiões quem discute o problema do

peixe são os pescadores. Aqui quem levanta o problema do peixe é o agricultor que trabalha na terra.

A Comissão Pastoral da Terra do Amazonas (CPT-AM), desde 1978, vem incorporando às suas ações o assessoramento e o acompanhamento das luta dos(as) ribeirinhos(as) na luta pela terra, na sua organização sindical, na comercialização de seus produtos, na defesa pela vida contra jagunços, pistoleiros, grileiros etc.

Ao longo dessa caminhada percebeu-se que dentre tantos problemas experimentados por estes sujeitos está o processo de escasseamento do peixe nos rios e lagos do Amazonas. A partir desta constatação, CPT-AM e ribeirinhos(as) se articulam objetivando conter a pesca predatória e o conseqüente desequilíbrio ecológico. *As realidades do campo brasileiro e das condições globais suscitam novos desafios que devem ser incorporados à luta pela terra, como uma luta por reforma social e ambiental* (CPT, 1994). Esta preocupação com a questão da terra e também da água é que dão à CPT-AM a alcunha de anfíbia, diferenciando-a das outras CPTs Brasil afora. Neste contexto é que surge o Movimento de Preservação dos Lagos.

O Movimento de Preservação de Lagos teve início na década de 80 do século XX quando ocorreram três encontros regionais em Tefé e Coari, cujo objetivo principal era discutir a escassez de peixe na região - Encontros Sobre a Pastoral da Pesca; Encontros de Pescadores Artesanais e o Encontro de Pescadores.

Os encontros são maneiras de luta nas quais as demandas locais são universalizadas. Além disso, eles servem para troca de experiências e para o esclarecimento dos motivos dos conflitos em torno da questão. Em um primeiro momento, não estava claro para a CPT-AM as categorias agricultor e pescador.

Este momento da trajetória da CPT-AM é especialmente interessante porque se percebeu o quanto a dinâmica interna do movimento dos (as) ribeirinhos (as) é complexa. Por isso foi essencial possibilitar que o Movimento Social Ribeirinho (MSR) organizado fosse autônomo, representativo e que não se propusesse fórmulas e modelos pré-definidos, mas se buscasse construí-los coletivamente.

Esta práxis tem por base a compreensão da identidade ribeirinha. A população rural do Estado do Amazonas vive tanto nas áreas das barreiras de terra-firme, como nas várzeas localizadas às margens dos rios Solimões e Amazonas e seus afluentes. Na maioria das vezes, vive como grupos de vizinhança, formada por famílias aparentadas, geração após geração, em uma mesma localidade. A grande maioria destas localidades está hoje organizada coletivamente, em unidades político-sociais denominadas comunidades.

Normalmente, no Amazonas, são as comunidades que articulam as práticas de convivência social e, através de suas lideranças comunitárias, estabelecem vínculos com as estruturas formais dos municípios, do Estado e dos poderes públicos.

Estas comunidades ocupam as margens de quase toda a extensão dos grandes e pequenos rios do Amazonas, formando uma verdadeira fronteira humana de uma parte da Amazônia, onde a natureza sobrevive por não ter sido ainda inteiramente entrecortada e devastada pela abertura de estradas e outros grandes empreendimentos.

Outro aspecto importante em relação a estas comunidades é o estoque de saberes que elas detêm, fruto de uma maneira de viver, produzir e se relacionar com os ambientes terrestres (restingas, praias, igapós, barrancos e vazantes) e aquáticos (rios, paranás, igarapés, ressacas, poços, furos e lagos, tais como as terras-caídas),

os desmatamentos e as alterações na qualidade da água, da flora e da fauna, afetam de maneira direta e múltipla as atividades socioeconômicas.

Sua sobrevivência está intimamente vinculada às atividades mediante as quais são explorados os recursos naturais disponíveis nos diversos ambientes das margens dos rios e de suas várzeas. Destes ambientes é obtida a água usada para matar a sede e irrigação das plantações. Dessas águas e florestas é que a comunidade retira seus alimentos e matérias-primas cultivadas ou extraídas das florestas. Os (as) ribeirinhos (as) dependem objetivamente, mais que qualquer outro grupo, que os rios e lagos estejam limpos e saudáveis.

A alimentação dos (as) ribeirinhos (as) é baseada na farinha de mandioca, do peixe, da banana, do açaí, da pupunha, do feijão do milho etc., produzidos no entorno de suas casas. Nessas comunidades também são criados animais domésticos como porcos, galinhas, patos, algumas vacas etc. O pescado é uma das principais fontes de proteína. Boa parte dessas pessoas são ex-seringueiros e que atualmente cultivam a malva e a juta nas várzeas durante a vazante. A relação dos ribeirinhos com a água é intensa. A cheia e a vazante determinam o ritmo da vida para os ribeirinhos.

A sabedoria do ribeirinho no convívio com a natureza é fruto de uma longa história de convivência respeitosa. Os conhecimentos aprendidos no dia-a-dia são repassados de pai para filho.

Boa parte dos alimentos que chegam às feiras de Manaus e de outras cidades do interior do Estado é produzida por essas comunidades. Nesse processo, um dos principais desafios encontrados pelos ribeirinhos é o transporte e a comercialização de sua produção. As distâncias e os atravessadores são os grandes gargalos desse processo.

A produção se dá em bases familiares, sem uso de agrotóxicos. Entretanto, essas famílias nem sempre têm a posse das terras onde vivem. A terra para eles não é utilizada para fazer dinheiro, conforme a racionalidade capitalistas e sim como meio de se produzir a vida.

Neste sentido a defesa da terra, dos lagos, dos rios e de tudo o que a floresta lhes proporciona é vital.

Tendo aprendido a sobreviver com poucos recursos financeiros, o cotidiano dos (as) ribeirinhos (as) é um exercício de superação.

Vivem em casas muito simples, geralmente de palha e madeira, enfrentando doenças como tuberculose, hanseníase, malária, hepatite e outras. A assistência médica do Estado não é uma realidade. Geralmente os remédios advindos do conhecimento de plantas medicinais da floresta são a única alternativa possível para o combate a estas doenças. A escola, quando existe, oferece somente o Ensino Fundamental. Mesmo assim, a proposta curricular geralmente desconsidera a cultura local, inculcando nas crianças valores das cidades, gerando fascínio e incentivando o êxodo rural. Além de saúde, educação, legalização da posse da terra que ocupam, defesa dos lagos, rios e floresta, outras reivindicações se fazem presentes nessas comunidades: leis, políticas públicas, assistência técnica, financiamento para a produção familiar e comunitária (CARTILHA DO MOVIMENTO RIBEIRINHO DO AMAZONAS, 2003, p. 5).

A racionalidade capitalista que trouxe consigo o barco a diesel, a malhadeira, a bomba e a moto-serra, todos usados de forma gananciosa e imprudente, fez essas comunidades substituírem as crenças de que a cobra grande, o curupira e outras divindades da floresta pudessem salvar o meio ambiente e iniciasse uma luta contra essa racionalidade e propondo uma nova baseada no respeito e na convivência sábia com floresta e o rio.

2.4 O projeto sócio-ambiental da CPT.

É neste contexto que a CPT-AM, desde meados dos anos 80 vem apoiando as comunidades ribeirinhas e que vieram a constituir o movimento intitulado *Movimento de Preservação de Lagos*. No início dos anos 90, embalado pela ECO-92 e pelo adventos de novas lideranças comunitárias, os municípios desenvolveram

formas organizativas de luta independentes como o Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) de Tefé, Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e o Grupo Natureza Viva (GRANAV) de Parintins.

Nos relatos das lideranças da CPT-AM é explicitado que, apesar de algumas vitórias do movimento, conforme descrito no parágrafo anterior, estas são ainda pequenas e frágeis e precisam se fortalecer e se consolidar. Afirmam ainda que é preciso reconhecer que em muitas localidades no interior do Estado do Amazonas as lutas e as vidas dos (as) ribeirinhos (as) continuam sendo trajetórias isoladas e solitárias. Seguem não sendo reconhecidas pelas sociedades locais, discriminadas e humilhadas pelos agentes dos poderes públicos.

A CPT-AM, juntamente com o MRA, a partir de 2003, vem construindo algumas bases conceituais com vistas à compreensão da identidade do (a) ribeirinho (a) a partir dos seguintes questionamentos: 1) se nós somos pescadores, preservadores, agricultores familiares, trabalhadores rurais, artesãos, seringueiros, sem terra, sem lago, criadores de gado, castanheiros, carpinteiros, construtores. Somos os camponeses da água, da terra e da floresta? 2) O que nos une, o que nos identifica? 3) Como vamos unificar as nossas lutas e nossas reivindicações? 4) Como vamos capacitar e fortalecer nossas lideranças? 5) Como vamos lutar para levar saúde, educação e cidadania a todos? 6) O que vamos fazer para que não haja fome nos rios do Amazonas?

Ao contrário das políticas de conservação elaboradas pelo Estado, a CPT-AM sempre se preocupou com o protagonismo dos ribeirinhos na luta por políticas públicas baseadas na realidade e não em medidas convenientes para o governo.

Após 25 anos de luta junto às comunidades ribeirinhas, extrativistas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, mulheres e homens, a Comissão Pastoral da

Terra, regional Amazonas, ganhou significativos espaços na história de luta pela Terra, Água e Direito, exemplos disto são: 1) a parceria com o IBAMA na formação e legalização dos Agentes Ambientais Voluntários; 2) a animação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Amazonas; 3) Movimento de Preservação de Lagos; 4) a resistência contra os impactos dos Grandes Projetos para o Estado; 5) a defesa dos direitos dos pequenos agricultores contra os latifúndios.

Evidencia-se, dessa forma, que o Projeto sócio-ambiental da CPT-AM pretende propor um contraponto ao projeto neoliberal norteado pelo apequenamento do Estado ante as demandas históricas e/ou novas das comunidades que vivem na/da terra e água; pelo estímulo desse mesmo Estado e pelo grande capital ao agro negócio, aos megaprojetos minerais, agropecuários e industriais implantados na região; à pesca predatória, além da globalização cultural que asfixia os saberes e práticas das populações tradicionais. Neste sentido, a CPT-AM defende formas alternativas, baseadas numa racionalidade sócio-ambiental na qual o Estado deva se fazer presente como parceiro das comunidades no desenvolvimento de projetos e implementação de políticas públicas de saúde, educação, moradia etc.; investimentos na agricultura familiar e outras modalidades produtivas que incorporem a mulher e o homem das comunidades rurais e ribeirinhas; na (re)valorização dos saberes e das culturas locais, além de possibilitar a participação democrática de todas e todos na construção desses novos caminhos.

Capítulo 3 – A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO AMAZONAS: EM BUSCA DO FUTURO

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores,

instituições e modos de vida. Devemos entender que quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano é primariamente ser mais, não, ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios, ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes (**Desafios para o futuro - Carta da Terra**).

3.1 Introdução

Este capítulo apresenta e discute a visão de mundo dos dirigentes da CPT nacional e local acerca da Amazônia em geral e do Amazonas, em particular. Entende-se por visão de mundo a maneira como os homens e mulheres enxergam o universo que os cerca e constroem referentes sócio-culturais acerca de tudo o que permeia suas vidas e o seu cotidiano. O sistema de crenças e valores, associado aos processos de reflexão-ação-reflexão, entendida como categoria que leva em consideração a mulher e o homem como sujeitos reflexivos que analisam e interpretam suas próprias realidades enquanto a vivenciam. Nesse sentido o sistema e os processos supramencionados constituem elementos essenciais na busca de compreensão desta visão.

Fazem parte da construção desta visão de mundo, entre outros, a concepção de mulher e de homem, de natureza, de religião, de meio ambiente e de sociedade.

As discussões apresentadas neste capítulo foram construídas a partir de entrevistas com o secretário nacional da CPT que tem sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, e com as coordenadoras da Organização no Amazonas. Além das entrevistas, também foram analisados o estatuto social da CPT e os documentos relativos à questão sócio-ambiental originados de reuniões, assembléias e congressos realizados pela Organização. Ressaltamos que a CPT classifica como reuniões os encontros realizados anualmente; assembléias, os realizadas a cada

três anos e congressos, os realizados a cada cinco anos. O conjunto desses encontros é institucional e se constituem nos principais fóruns de discussões e deliberações da CPT.

Este capítulo está estruturado em duas seções. A primeira, intitulada *Visão de mundo dos dirigentes da CPT acerca da Amazônia no Amazonas*, apresenta alguns aspectos considerados centrais na construção da visão de mundo da CPT a partir das concepções das lideranças nacionais e locais da organização. A segunda seção, intitulada *Visão de mundo, visões de mundo: em busca do futuro*, procura construir uma análise a partir de alguns pontos de aproximação e/ou distanciamentos relativos às diferentes visões de mulher e de homem, da sociedade e do meio ambiente, hauridos das lideranças da organização. A compreensão dessas visões torna-se significativo, na medida em que a CPT-AM, no limiar de completar trinta anos de existência, se configura como uma das mais atuantes e combativas Organizações da sociedade civil e do terceiro setor na defesa da terra, da água, dos direitos humanos essenciais ao processo de construção de relações sociais dignas para a mulher e o homem amazônidas.

3.2 Visão de mundo dos dirigentes da CPT acerca da Amazônia no Amazonas

O conceito de visão de mundo, neste estudo, refere-se à maneira como os sujeitos sociais, historicamente situados, compreendem o universo que os cerca e constroem referentes sócio-culturais acerca de tudo o que permeia suas vidas e seu

cotidiano. Este conceito tem por base os estudos de LÖWY (1988 p.12-13) para quem a visão de mundo significa:

Um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente unificadas por uma perspectiva determinada, por certo ponto de vista socialmente condicionado [...]. Noutras palavras, trata-se: a) de uma visão de mundo, isto é, de um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza; b) esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais [...], isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais.

A adoção dessa concepção de visão de mundo coaduna com a prática social da Comissão Pastoral da Terra no Amazonas (CPT-AM), na medida em que esta, tendo clareza do tipo de mulher, de homem, de sociedade e de mundo que quer construir, adota posicionamentos em relação às questões sociais e políticas claramente definidos em favor daquelas e daqueles que lutam pela terra, pela água e por direitos.

A CPT-AM atua há vinte e nove anos no Estado do Amazonas. Ela faz parte da CPT nacional, a qual está presente em quase todos os Estados do País, através de 21 regionais. Cada regional tem sua própria coordenação.

A CPT-AM é administrada por uma coordenação colegiada, composta por três coordenadores. Duas coordenadoras trabalham diretamente na sede, na cidade de Manaus, e um coordenador trabalha no interior do Estado, na cidade de Tefé. No plano nacional há um Presidente e um Vice-presidente, que são bispos da Igreja Católica, os quais são assessorados por uma Coordenação Nacional, composta por seis membros, não necessariamente pertencentes à Igreja Católica.

A estreita relação entre as lideranças da CPT e a Igreja Católica se constitui num elemento importante para a busca de compreensão da sua visão de mundo. Conforme apresentado no capítulo anterior, a CPT tem uma relação direta com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organização que congrega os

bispos da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, através da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Esta Comissão tem a incumbência de coordenar, no plano nacional, os trabalhos relacionados com as pastorais sociais. Entende-se por pastoral social o trabalho da Igreja Católica que, a partir de uma visão sócio-transformadora¹², procura encontrar respostas à realidade brasileira e local num determinado momento histórico. Neste sentido, a CNBB (2006) entende que os principais desafios a serem enfrentados por essas pastorais sociais atualmente são: a) Efeitos perversos da economia neoliberal globalizada. b) Financeirização da economia. c) Concentração de renda. d) A corrupção e mau uso dos recursos públicos. e) As novas tecnologias e a precarização do trabalho, e, f) O êxodo rural em massa.

Apesar da estreita relação entre a CPT e a CNBB, mormente no que se refere à atuação das pastorais sociais, aquela procura se pautar em bases e fundamentos mais universais, independentemente de credos e ideologias eventualmente professadas por esta. Nesse sentido, a CPT adota o seguinte posicionamento:

A CPT tem caráter ecumênico. Tem uma relação mais efetiva desde muitos anos com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Também tem ligação estreita com a Igreja Metodista e ultimamente com a Anglicana. Uma das coordenadoras nacionais, eleita na Assembléia do ano de 2006, é Pastora Metodista. Mas além destas Igrejas, há a participação de pastores e/ou de fiéis de outras Igrejas em seus trabalhos. Também a ação da CPT é ecumênica em relação ao público com que trabalha. A CPT atua junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra independentemente de que Igreja seja (ANTÔNIO CANUTO, SECRETÁRIO NACIONAL DA CPT).

A busca por um diálogo ecumênico é corroborada pela coordenação da CPT-AM. Apesar de não possuir nenhum membro da Equipe de Coordenação vinculado institucionalmente a outras Igrejas que não seja a Católica, existem lideranças

¹² Esta visão pastoral da Igreja Católica, busca superar as históricas desigualdades sócio-econômicas da sociedade brasileira. As ações desenvolvidas nesta perspectiva, norteiam-se no método conhecido como *Método Ver-Julgar-Agir*. O método se desenvolve em três momentos: partir da realidade, da vida dos jovens (ver), confrontar os desafios levantados pela realidade com a fé (julgar), partir para uma ação transformadora do meio (agir) (História da Pastoral da Juventude. Disponível em: www.diocesedecoxim.org.br/pj. Acesso em 21 set. 2006).

comunitárias que trabalham em parceria com a CPT e que pertencem e/ou congregam com outras Igrejas. “Há, nas comunidades, lideranças que pertencem a outras Igrejas. Em Itacoatiara, uma das líderes comunitárias onde atuamos pertence à Igreja Adventista. Eu mesma trabalhei durante um bom tempo com um Pastor da Igreja Assembléia de Deus” (Ir. AURIÉDIA DA COSTA, COORDENADORA DA CPT AMAZONAS).

Outro aspecto importante na composição da visão de mundo da CPT-AM diz respeito às relações que esta estabelece com outras organizações do terceiro setor, tanto no plano nacional quanto no internacional, com vistas à aquisição de recursos econômicos para o seu funcionamento e o desenvolvimento de projetos junto às comunidades. Nesse sentido, a visão de mundo da CPT-AM procura pensar globalmente, mas agir localmente, postura correlata à das ONG's brasileiras e mundiais surgidas a partir dos anos 80 do século XX e um dos pilares dos movimento ambientalista, conforme apresentado no Capítulo 1 desta dissertação. Entretanto, apesar de compartilharem a visão estratégica de pensar globalmente, mas agir localmente, a CPT-AM apresenta diferenças em relação às outras organizações do terceiro setor, tanto pelo tipo de ação que desenvolve, quanto pela forma organizativa que apresenta.

Em relação às ações da CPT-AM, observou-se que estas não se restringem ao deslocamento de lideranças sediadas em Manaus e/ou Tefé-AM até as comunidades ribeirinhas para o desenvolvimento de atividades quaisquer, retornando em seguida para Manaus. Ao contrário, a CPT-AM procura caminhar com a comunidade por entender ser esta a melhor estratégia para a construção de alternativas de desenvolvimento comunitário, haja vista a realidade dessas comunidades apresentar um quadro de ampla complexidade. Por isso, a

organização entende que deva propor e encaminhar com as comunidades, construindo juntas as respostas adequadas aos problemas e desafios cotidianos.

Outro aspecto importante na diferenciação da atuação da CPT-AM em relação a outras organizações do terceiro setor que trabalham a questão da terra e da água nesta região, refere-se à adoção de uma proposta de acompanhamento, ao invés da adoção de mecanismos de controle. Não se observou mecanismos de controle ideológico, religioso ou político sobre as comunidades. O que ficou bastante evidente foi um intenso diálogo em torno dessas questões. Entretanto, a Coordenação da CPT-AM afirmou ser exigente em relação à prestação de contas dos recursos econômicos da instituição e que este acompanhamento mais sistemático é necessário devido às determinações legais.

Diferentemente do que apontou os estudos de Miram Medina (1997) e Maria da Glória Gohn (1997) que, ao analisarem o perfil das organizações do terceiro setor, no tocante à origem dos recursos econômicos investidos nos projetos desenvolvidos no Brasil, constataram serem estes oriundos, principalmente, de cofres públicos, a CPT-AM desenvolve seus projetos com recursos econômicos provenientes, principalmente, de fontes não-públicas. Não obstante, CPT-AM entende e defende que a comunidade deva, de maneira democrática, se mobilizar no sentido de exigir do poder público os investimentos necessários ao desenvolvimento de projetos em benefício da comunidade.

Esta postura torna-se necessária na medida em que se vive no Brasil um momento de normalidade democrática, dentro do que se chama democracia representativa. Observa-se hodiernamente que o conjunto dos direitos dos cidadãos estão cada vez mais claros nos documentos legais, porém, a realidade apresenta de maneira afrontosa o desrespeito a esses direitos, principalmente em relação às

trabalhadoras e trabalhadores ligados à terra e à água. Há um fosso entre o ideal e o real; violência, a impunidade para os que perseguem e matam lideranças comunitárias, a ausência de elementos básicos à dignidade humana, entre eles a saúde, a educação e, principalmente a terra e a água, confirmam tal fato.

Por outro lado, o mercado vive um momento de grande euforia. Segundo Marcos Kisil (2005, p. 142):

A queda do muro de Berlim, a derrocada do sonho socialista na União Soviética selaram a hegemonia do modelo capitalista como o modelo econômico prevalente [...]. Nesse modelo, o processo competitivo faz de cada empreendedor um competidor por um nicho de mercado. Quanto mais acirrada for a competição, mais agressivo e selvagem deverá ser o empreendedor para ser vencedor.

Diante desse quadro extremamente perverso, mormente para as comunidades rurais e ribeirinhas, o apequenamento e/ou ausência do Estado é inadmissível. Nesse contexto o terceiro setor, entendido a partir de uma perspectiva não-conservadora, surge como uma alternativa no sentido de que novas alternativas sejam buscadas, a partir de esforços cooperativos entre Estado e sociedade civil em que o interesse dessas mesmas comunidades seja o denominador comum. Enfatiza-se, portanto, que as organizações da sociedade civil ou do terceiro setor não devem substituir a presença e ação do Estado, como querem os defensores do neoliberalismo, mas construir mecanismos de participação e mobilização para exigir e/ou atuar cooperativamente com ele, naquilo que for do interesse das mulheres e dos homens das comunidades que vivem na/da terra e água.

Devido ao enorme espaço geográfico brasileiro, às diversidades regionais no tocante a aspectos físicos, sociais, culturais, antropológicos e outros, a multiplicidade de ações por parte da CPT, demandadas em cada região, é enorme. Por isso, torna-se bastante oneroso economicamente manter em funcionamento a estrutura da CPT em vinte e uma das vinte e seis unidades da Federação. A

organização possui despesas fixas diversas tais como folha de pagamento dos trabalhadores da Organização; taxas de água, luz e telefone; aluguéis; além de despesas variáveis com passagens para deslocamentos para as comunidades, cursos de capacitação, contratação de consultorias, aquisição de imóveis e equipamentos etc.

Para fazer frente a tais despesas, a CPT capta recursos em forma de doação via projetos de parceria, geralmente com outras Organizações do Terceiro Setor. As principais entidades parceiras da CPT são ligadas, geralmente, às Igrejas, tanto Católica, quanto Evangélicas. Cria-se, assim, uma relação de cooperação através da qual a CPT participa de campanhas com o objetivo de arrecadar recursos econômicos em países tanto da Europa quanto da América do Norte evitando-se assim, trabalhar com os recursos públicos.

Internamente, CPT-AM possui um profissional responsável pela parte contábil da organização. Como cada convênio celebrado demanda um tipo de prestação de contas dos recursos econômicos empregados, tal sistemática varia. Entretanto, independentemente do tipo de convênio celebrado, a prestação de contas é feita de acordo com as exigências legais.

Em relação à atuação, a CPT, se dedica a três linhas de ação: Terra, Água e Direitos.

A opção por estas linhas de ação decorre da preocupação em torno da questão sócio-ambiental. Esta há muito tempo foi incorporada à pauta de lutas da CPT. Hodiernamente, esta preocupação se intensificou e tem exercido forte influência nos programas pastorais da Igreja Católica e de outras Igrejas que trabalham em parceria com a Católica nas pastorais sociais. Exemplo dessa influência é o texto base da Campanha da Fraternidade de 2004, abordando a

problemática da água, que foi construído com apoio direto da CPT, demonstrando o reconhecimento por parte da sociedade como um todo de como a organização trata com seriedade esta questão.

A temática água tem suscitado intensas discussões entre especialistas no assunto. Estas discussões, amplamente disseminadas nos meios de comunicação, têm contribuído de maneira significativa para a sensibilização da sociedade como um todo sobre a urgência de se construir políticas públicas e estratégias de intervenção diferenciadas sobre este patrimônio global e finito. O jornal A Crítica (20 de agosto de 2006, p. A24) traz matéria intitulada *Crise hídrica ameaça ricos*, na qual discute a problemática relativa à crescente escassez dos recursos hídricos mundiais. Tanto países pobres quanto países ricos já sofrem, hoje, e continuarão sofrendo no futuro a falta deste que é um dos bens mais preciosos para a manutenção da vida no planeta. O texto aponta como causas para a escassez, as mudanças climáticas, a poluição, a seca, o mau uso das poucas fontes de água doce e os grandes projetos de infra-estrutura como as barragens indicando, nos quatro cantos do globo, locais onde o excesso de consumo pela indústria e agricultura e grandes áreas populacionais precisam ser reavaliados colocando-se como parâmetros de análise os conceitos de vida e solidariedade. Outro importante veículo de comunicação nacional, a Revista Planeta (setembro de 2006, p. 42-53) apresenta texto intitulado *Cinco desafios à vida na Terra*, no qual defende que a humanidade não pode mais fechar os olhos para os problemas que precisa enfrentar para garantir o futuro das próximas gerações. Para que o futuro seja assegurado é necessário um esforço mobilizador de todos na implementação de medidas que amenizem ou solucionem definitivamente os que hoje são apontados como os maiores megadesafios da humanidade: mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, o problema energético, o lixo e o acesso à água.

A água é temática recorrente em encontros no mundo todo. A partir desses encontros, várias declarações têm sido propostas para serem debatidas pela sociedade civil e governos como parte de uma estratégia de sensibilização do conjunto da população sobre o problema. Os principais encontros sobre essa temática foram:

BOX 6

PRINCIPAIS DECLARAÇÕES RELACIONADAS COM A ÁGUA (década de 1990)

Natureza da declaração: “Carta de Montreal” sobre *Água e saneamento*

Contexto: Fórum Internacional das ONGs em Montreal, de 18 a 20 de junho de 1990, organizado pela Oxfam e outras antes do encerramento oficial da Década Internacional de Água potável e Saneamento.

Natureza da declaração: “Declaração de Dublin” sobre *Água em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável*.

Contexto: Conferência Internacional sobre Água e meio ambiente, 26 a 31 de janeiro de 1992, organizada pelas Nações Unidas em preparação para a conferência Unced no Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano.

Natureza da declaração: “Declaração de Strasburgo” sobre *Água como fonte de cidadania, paz e desenvolvimento regional*.

Contexto: Fórum europeu, 12 a 14 de fevereiro, organizado pelo Secretariado Internacional da Água, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e a Solidariedade Européia da Água.

Natureza da declaração: “Declaração de Paris” sobre Água e desenvolvimento sustentável.

Contexto: Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, 19 a 21 de março de 1998, organizada pelo governo francês em preparação para a Sexta Sessão da Comissão sobre desenvolvimento sustentável (CSD).

Natureza da declaração: A declaração de Haia sobre *Segurança Hídrica*

Contexto: Segundo Fórum Mundial da Água, Haia, março de 2000.

Fonte: POTRELLA, Ricardo. O Manifesto da Água: argumentos para um contrato mundial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 50.

(Re)pensar a questão da água implica, necessariamente, em também repensar o meio ambiente como um todo. A análise dos documentos da CPT evidenciou a preocupação da organização com esta problemática.

Um desses documentos assinado por bispos das Igrejas Católica, Metodista e Anglicana e por Pastores Sinodais da IECLB “Os pobres possuirão a terra” foi elaborado com assessoria da CPT.

BOX 7

Os pobres possuirão a terra: pronunciamento de Bispos e Pastores Sinodais sobre a terra.

Este texto é uma publicação comemorativa aos 30 anos de existência quando a Comissão Pastoral da Terra, CPT, ao trigésimo aniversário da morte do Padre João Bosco Penido Burnier (12/10/76), ao vigésimo da morte do Padre Josimo Moraes Tavares (10/05/86), ao décimo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, (17/04/96) e ao primeiro aniversário da morte de Irmã Dorothy Stang, (12/02/05), considerados mártires da luta pela terra. Através dele, os bispos das Igrejas Anglicana, Católica, Metodista e pastores Sinodais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB e membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), refletem sobre a realidade do campo, da água e das florestas do Brasil, neste início do século XXI. O texto denuncia ainda o neoliberalismo que se implantou e tornou o capital e o mercado valores absolutos; a política oficial do País subordinada aos ditames implacáveis do grande capital que apóia e estimula abertamente o agro negócio intensivo e extensivo em detrimento dos pequenos agricultores e os trabalhadores em geral, tanto da cidade, quanto do campo, inviabilizando sua sobrevivência. O livro analisa ainda que a questão da terra não afeta somente o campo, mas é uma questão nacional e planetária. A acelerada e violenta agressão ao meio-ambiente e aos povos da terra revelam a crise de um modelo de desenvolvimento alicerçado no mito **do** progresso que se resume nos resultados econômicos e esquece as pessoas, sobretudo as mais pobres e todas as outras formas de vida. Por fim, ele conclama a todas as pessoas comprometidas com uma nova racionalidade a se unirem na luta por aqueles que vivem na terra e da terra e que estão sendo marginalizados, expulsos e assassinados.

A preocupação com o meio ambiente e com a Amazônia veio aos poucos se incorporando às atividades desenvolvidas pela CPT. De acordo com Antônio Canuto (2006)

Ela apareceu com mais intensidade no Noroeste do Brasil, onde está inserido o Estado do Amazonas. Nessa região foi mais intensa a luta pela defesa dos recursos naturais, mormente no que se refere à preservação (**conservação**) de rios e lagos. No Sul do Brasil apontou na direção de uma agricultura orgânica, livre de agrotóxicos e outros insumos prejudiciais às pessoas e à natureza. No Nordeste do Brasil, as alternativas de convivência com o semi-árido. Hoje, praticamente todas as regionais, de uma forma ou outra, têm no seu horizonte o meio ambiente, a ecologia (grifo nosso).

A análise dos documentos internos da CPT possibilitou constatar-se que a temática ambiental de forma geral e a Amazônia, de forma específica, configuram-se como preocupações históricas da Organização, as quais remontam à década de setenta do século XX. Com o passar do tempo, estas preocupações foram ganhando dimensões cada vez maiores, ao ponto de se tornarem, atualmente, em temática central dos embates e lutas, além de se constituírem em preocupação para o futuro.

Tendo em vista que estas preocupações transcendem o tempo presente, lançando-se também em direção ao futuro, constatou-se que a CPT procura desenvolver, junto às comunidades onde atua, ações que possibilitem uma clara compreensão de que a sobrevivência das pessoas e a de seus descendentes depende da maneira como compreendem e interagem com a natureza e o meio ambiente.

A questão é abordada diretamente pela primeira vez no editorial do Boletim *Queremos terra para cuidar dela*. Este documento, sobre a Campanha da Fraternidade de 1979, tem como tema central exatamente a ecologia. O texto denuncia o uso exagerado de produtos químicos que envenenam a terra, as águas e todos os seres vivos, acusando as indústrias produtoras de agrotóxicos e outros tipos produtos com potencial de contaminação do ar, do solo, da água e dos seres vivos de uma maneira geral, além de visarem somente o lucro, deixando a vida e o meio ambiente relegados a planos inferiores. O boletim ressalta que:

Hoje, tem gente séria, estudada, que está voltando a examinar o jeito do povo 'antigo' cultivar a terra. Fazer cultura é uma arte, um ato de amor e respeito à natureza. Ajuda a terra a se conservar e renovar com adubação orgânica e vegetal: é a própria natureza que se faz nova, mais forte, mas produtiva. 'Queremos terra para cuidar dela' será o grito a ser dado por todos os lavradores contra os que a estão roubando (BOLETIM/CPT, 1978, p. 1-2)

No documento emanado da II Assembléia Nacional, em 1979, há indicações e propostas em defesa do meio ambiente, dentre as quais se ressalta:

Denunciar a devastação da Amazônia e a expulsão dos agricultores, habitantes das áreas em que o governo implanta projetos de irrigação e barragens. Apoiar a luta dos pescadores, expulsos das praias pelo turismo e pela urbanização desenfreada. Denunciar as usinas e indústrias que poluem os rios, envenenando as águas e matando os peixes, pondo em risco a vida das próprias pessoas. Fazer pressão contra o uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura, que ameaça a vida da terra e do homem (CPT, 1979, p. 3-9).

Estas propostas confirmam a necessidade inexorável de se repensar a racionalidade ambiental vigente. Enrique Leff (2000) defende que esta nova racionalidade não deve visar prioritariamente o lucro; ao contrário, deve considerar a mulher e o homem e todo o seu universo de relações. Ele a definiu como uma nova racionalidade sócio-ambiental. Coerentemente com esta proposta, faz-se necessário que as populações locais com seus saberes e práticas se tornem referências importantes para a construção de modelos alternativos ao produtivismo apregoado pela racionalidade neoliberal, ainda hegemônico. O autor justifica sua proposta, com a qual CPT concorda, afirmando que este é um problema com contornos não apenas físicos e técnicos como é comumente colocado pelas agências de desenvolvimento e muitos intelectuais do primeiro mundo, mas também com contornos sócio-culturais, na medida em que há a destruição das culturas locais.

Em outro Boletim, publicado em setembro de 1980, a CPT transcreve uma nota do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu, MG, na qual denuncia o “envenenamento e morte de trabalhadores rurais que trabalhavam em empresas reflorestadoras e agropecuárias por inseticidas e herbicidas” (p. 04).

Na Amazônia, o crime de envenenamento do solo e da água ocasionado pelas atividades econômica predatórias, praticado principalmente pelas empresas responsáveis pelos megaprojetos implantados na região, ganha contornos ainda mais dramáticos que os denunciados na cidade mineira de Paracatu. O projeto Pitinga, por exemplo, localizado há aproximadamente 280 km de Manaus, no município de Presidente Figueiredo, na terra dos Waimiri-Atroari, é emblemático dessa situação. Mesmo não usando diretamente produtos químicos no processo de extração e separação dos rejeitos para tornar o minério adequado ao uso comercial, o procedimento é tão agressivo ao meio ambiente que altera todo o equilíbrio

químico do solo e da água no entorno do local onde está situada a lavra do minério, tornando-os absolutamente impróprios para produção e/ou consumo humanos.

No Estado do Acre, em 1986, a CPT se levanta “conta a expulsão de seringueiros e a falta de infra-estrutura nos projetos de colonização, e na sua terceira Assembléia denuncia o desmatamento indiscriminado pelas madeireiras” (CPT, 1986, p. 13).

A VI Assembléia Nacional, em 1987, de forma explícita, a CPT denuncia a violência contra a natureza e as pessoas, obra dos grandes projetos. Assim diz o documento final do encontro:

Cabe registrar ainda a violência contra a natureza, que vem devastando todo o país, envenenando rios, derrubando matas para implantar grandes projetos que não são outra coisa senão fabricantes de desertos. Estes projetos impatrióticos como a franquia dos recursos minerais às transnacionais, as barragens, os projetos de aproveitamento imediato dos cerrados ou os projetos de militarização das fronteiras como o Calha Norte agredem indiscriminadamente a natureza, as nações indígenas, os seringueiros, os lavradores, enfim os brasileiros que vivem nessas regiões em torno dos interesses do capital internacional (CPT, 1987, p. 10).

Os ribeirinhos do Noroeste do Brasil, principalmente do Amazonas, começaram a sentir que se não houvesse um trabalho de conservação dos rios e lagos contra a pesca das grandes empresas, logo começariam a passar fome. Rapidamente o peixe estava acabando e cada vez mais aumentava a dificuldade de se encontrar o alimento, antes tão farto. Não raro havia conflitos entre os ribeirinhos e os pescadores da região, decorrentes da pesca comercial praticada pelos pescadores profissionais.

Diante disto a CPT do Amazonas organizou, em outubro de 87, um encontro reunindo pescadores e ribeirinhos para debater o problema da pesca. Participaram 32 pessoas. A desunião entre pescadores e ribeirinhos era a grande queixa. Os ribeirinhos reclamavam da dificuldade em encontrar o alimento fundamental, o peixe, pois, além das grandes embarcações de pesca que invadiam rios e lagos, os próprios pescadores da região pescavam muito além de suas necessidade para vender o peixe para os frigoríficos (CPT, 1987, p. 5).

A VII Assembléia, ocorrida em 1989, constatou que o modelo de desenvolvimento implantado com diferentes características, nas várias regiões, beneficiava a poucos privilegiados enquanto destruía a natureza e marginalizava a maioria, restando-lhe fome e miséria. Este modelo de desenvolvimento assentado sobre grandes projetos é o responsável pelos danos sofridos pela natureza e pelas pessoas. A Carta Final dizia:

Aqui conversamos sobre os Grandes Projetos que atingem todo o nosso solo e subsolo de nosso país. Todos nós queremos o progresso para o Brasil. Entretanto, vemos que as atuais hidrelétricas, como são planejadas e construídas, prejudicam as comunidades locais e grupos indígenas, como também destroem a natureza e comprometem o futuro de toda uma região. Fazem parte da mesma agressão, os grandes projetos de mineração e reflorestamento que produzem desertos verdes. As estradas e ferrovias, no lugar de servirem a um desenvolvimento integrado à vida de todo o povo atendem unicamente aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (CPT, encarte, 1989).

Nesta Assembléia todos foram convocados a apoiar e estimular movimentos e ações de proteção e defesa do meio ambiente, colaborando para uma maior sensibilidade na relação das pessoas com a natureza, denunciando os abusos e, nesse sentido, estimulando a reeducação de todos:

Lembramo-nos especialmente da Amazônia e do seu meio ambiente indispensável para a sobrevivência dos povos da floresta. Ajudem-nos uns aos outros a respeitar e proteger, desde a pequena flor, que em sua frágil beleza expressa a vida, até o ar e as florestas necessárias a toda a humanidade (Idem).

Na regional da CPT do Pará/Amapá ocorreu um Seminário intitulado *Alternativas de Sobrevivência*, promovido pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e Afuá. Durante o Seminário foi proposto:

Resgatar o saber nativo sobre o manejo da floresta, das áreas de pesca e da terra firme, com a incorporação dos conhecimentos gerados pelas instituições de pesquisa" e a criação de reservas de plantas, animais e peixes, até o conhecimento pelos trabalhadores do uso alimentar, medicinal e econômico das mesmas (CPT, 1989, p.3).

O documento fala de um novo enfoque nos estudos relativos ao meio ambiente ao qual Antônio Carlos Diegues (2000) denomina de etnociência. Esta nova concepção, diferentemente dos enfoques anteriores que tendiam a considerar, aprioristicamente, a presença humana como nociva ao meio ambiente, desconsiderando uma trajetória milenar de interação construtiva, procura resgatar e (re)significar esta relação juntamente com os múltiplos saberes dela decorrentes. O autor discute de maneira profunda esta questão, trazendo à baila, entre outros, os estudos de Lévy-Strauss (1962), Moscovici (1974) e Redclif & Benton (1994), para concluir que esta nova ciência da conservação vem sendo construída, ainda de maneira incipiente, principalmente nos países do sul, entendidos como os países não centrais do sistema capitalista; e que ela é uma alternativa viável em contraposição às incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países ricos. De acordo com Antônio Carlos Diegues (2000, p. 41)

Esse novo conservacionismo deve estar ancorado, de um lado, no ecologismo social e dos movimentos sociais do Terceiro Mundo que começam a surgir em vários países como a Índia, o Zimbábue e o Brasil, entre outros. Esses movimentos enfatizam a necessidade de se construir uma nova aliança entre o homem e a natureza, baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios que habitam.

As maiores preocupações da CPT em relação à defesa do meio-ambiente, estão voltadas para a Amazônia Ocidental, ou seja, nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Na *I Assembléia da Grande Região Noroeste*, da qual participou também representantes o Estado do Mato Grosso, realizada em Porto Velho (RO), em março de 1991, a temática ecologia dominou os debates. Nesta Assembléia se deu continuidade ao debate realizado em encontros anteriores. As discussões procuraram (re)significar um dos princípios da Teologia da Criação. Neste sentido, a partir do resgate da Teologia da criação e de concepções culturais-religiosas dos povos da Floresta (seringueiros, índios, lavradores, ribeirinhos), a CPT

reafirmou que a questão ecológica passa pela necessidade de luta pela preservação (conservação) /libertação da pessoa humana, integrada a serviço da Criação.

Coerentemente com esta perspectiva, a narrativa bíblica da criação presente no primeiro capítulo do livro do Gênesis “[...] sede muitos, enchei a Terra e sujeitai-a e tende em sujeição os peixes do mar, as criaturas voadoras do céu e toda criatura vivente que se move na terra” (Bíblia, 1986, p.08) é revista e proposta a partir de uma nova hermenêutica. Nesta nova proposta interpretativa, a criação é vista como ato contínuo na qual todos os seres possuem o direito universal à vida. Mulheres e Homens são vistos como co-criadores ou re-criadores da natureza. A luta permanente contra o caos (injustiça social e destruição ambiental), na busca da libertação integral, resgata esta dimensão (re)criadora da pessoa humana. Esta postura pressupõe uma profunda mudança na atual compreensão do progresso como lucro e acumulação.

O compromisso assumido pela CPT com a ecologia parte do conhecimento e da auto afirmação dos povos da floresta.

[...] a partir dos povos da floresta, pondo-se a seu serviço e em favor de sua afirmação como sujeitos históricos e políticos, capazes de elaborar e implementar a partir de sua cultura de convivência harmônica com o meio ambiente, propostas alternativas de ocupação e desenvolvimento da região amazônica (CPT, 1991, p. 6).

No momento de se colocar em prática esses princípios, cada regional da CPT procura concretizar, a partir da realidade de cada região este compromisso geral. A CPT-AC optou por continuar se dedicando sobretudo à defesa do modelo de reservas extrativistas A CPT-AM, à defesa dos lagos e rios; a CPT-RO, à comercialização alternativa e a CPT-MT, à produção alternativa. (CPT, 1991, p. 7).

A continuidade e o aprofundamento da defesa dos rios e lagos, eleita pela CPT-AM no início dos anos 90 do século XX como compromisso, reveste-se de um

significado todo especial devido ao significado que as águas têm para as mulheres e os homens deste Estado. Os rios, os lagos e os igarapés são fontes de vida para nós, amazônidas na medida em que, além de vias de acesso às casas dos vizinhos, à escola, à igreja, à sede do município etc., são também fontes de inspiração para o vasto e rico imaginário caboclo. Acrescenta-se a isto o fato destes cursos de água se configurarem como a despensa onde se apanha o peixe, base da nossa alimentação.

Nesse sentido, preocupação com a conservação de rios e lagos aumentou significativamente a partir do instante em que as pessoas das comunidades constataram a diminuição do pescado. Segundo a CPT, a diminuição do pescado é decorrência do processo de hipertrofia urbana de Manaus, decorrente da forte atração exercida pelos pólos comercial e industrial da Zona Franca de Manaus, fez aumentar a demanda pelo peixe. Os membros das comunidades tinham agora um concorrente para o pescado: o pescador profissional, também um trabalhador que ganha a vida pescando para garantir o sustento da família, geralmente explorado por um atravessador entre ele, o pescador e os moradores da cidade. Soma-se a isso a ausência de uma infra-estrutura para armazenar o pescado fazendo com que boa parte dele rapidamente se torne impróprio para o consumo humano, tendo de ser descartado nos leitos de água ou nos lixões da cidade.

Ante este dilema, a CPT-AM vem se empenhando, junto às comunidades, ribeirinhas no sentido de construir alternativas que evitem o agravamento da situação. Por conta dessa luta, iniciativas de manejo e conservação de lagos, leis de pesca e Leis Municipais sobre esta questão têm sido criadas, conforme exposto no capítulo 2 desta dissertação.

A VIII Assembléia da CPT, em 1991, incorporou a preocupação da Grande Região Noroeste propondo que se dê "atenção ao meio-ambiente, obra do Criador e indispensável à conservação da vida dos povos da terra, especialmente à região amazônica, vítima de um desenvolvimento destruidor dos povos que nela habitam" (CPT, 1991, p. 5-7). Em 1993, uma nova reunião reafirmou e reforçou os mesmos compromissos e prioridades da VIII Assembléia (CPT, 1993, p.4).

A IX Assembléia da CPT, em 1993, junto ao apoio, sempre lembrado da demarcação das terras indígenas, apóia a criação e demarcação de reservas extrativistas (CPT, encarte, 1993).

Cultivar uma verdadeira paixão pela mãe-terra e lutar criativamente pela terra e na terra (CPT, 1995, p. 1) foi o lema da X Assembléia de 95, que amplia a preocupação ecológica para outros ecossistemas com suas populações. Neste encontro ficou decidido, entre outras coisas:

Enfrentar, de forma criativa, com as populações que deles tiram sua sobrevivência, as ameaças aos diferentes ecossistemas, tais como o semi-árido, os cerrados, os lagos e as florestas tropicais, etc., e buscar sempre equacionar os projetos alternativos à preservação (conservação) da terra e das águas (CPT, encarte, 1995).

Observa-se que a CPT vai superando, assim, o conceito da terra simplesmente como meio de produção. A terra compreendida como sendo o espaço da vida e da vida com qualidade. O Manifesto da XI Assembléia, 1997, diz: "Para nós a Terra é mais do que terra: é a Vida e sua qualidade[...]" (CPT, encarte, 1997). Nas Linhas de Ação, ao tratar da Agricultura Familiar, afirma que esta deve caminhar em direção da "busca de diversificação de alternativas adequadas à preservação (conservação) do meio ambiente [...]" (CPT, encarte 1997).

A prática da monocultura, histórica no Brasil, é uma das responsáveis pela concentração das terras agricultáveis nas mãos de um pequeno grupo de

privilegiados. Desde o início do processo colonizatório brasileiro, esse grupo privilegiado tem seus interesses protegidos pelo Estado. No Período Colonial dos séculos XV ao XVIII, através de doação de imensas extensões de terras, em forma de capitanias hereditárias e sesmarias. No período Republicano do século XIX e princípio do XX, com as elites agrárias assumindo diretamente o poder através de um processo eleitoral marcado pelo predomínio do poderio econômico e da força bruta dos jagunços. No período histórico conhecido como Nova República, a partir da Era Vargas iniciada nos anos 30 do século XX até o início deste novo milênio, com o Estado financiando essa elite. Neste início de século XXI, apesar da luta da CPT e outros grupos da sociedade civil, o Estado continua amparando essa mesma elite, através de uma série de mecanismo econômico-financeiros e de incentivo ao mais recente sinônimo de monocultura, oriundo do vocabulário neoliberal imperante: o agro negócio.

Em todos esses momentos da história do Brasil, os camponeses foram excluídos do processo. Experiências alternativas como a agricultura familiar, cooperativas extrativistas, manejo comunitário de lagos, cooperativas de pescadores entre outras, defendidas pelas comunidades rurais e ribeirinhas, com o apoio da CPT, representam uma forma de resistência à racionalidade do grande capital, resistência esta que tem custado a vida de muitas lideranças.

A XII Assembléia da CPT, ocorrida em 1999, incorpora como uma dos grandes eixos da ação da CPT a questão da água. Segundo Antônio Canuto, Secretário Geral da CPT:

Esta incorporação liga visceralmente a CPT a todo o debate e às ações de defesa do meio ambiente. Por isto a Assembléia assume a preservação(**conservação**) dos rios e lagos, com a defesa dos direitos e dignidade das populações ribeirinhas e a contestação da privatização usurpadora das fontes e mananciais, e contestação dos grandes projetos de barragens, hidrovias, irrigação e transposição, em especial a do Rio São Francisco. Este eixo aponta para ações propositivas no cenário da seca do semi-

árido nordestino: Busca, captação e acesso à água, principalmente para as populações do semi-árido nordestino (Grifo nosso).

Nesta Assembléia, a CPT reafirma o que já vinha defendendo anteriormente, acrescentando os transgênicos como um novo flanco novo das denúncias a ser empreendido. Ademais, procura-se resgatar e promover a defesa da agricultura familiar e comunitária, orgânica e ecológica, apropriada às diversidades regionais. Neste encontro são reafirmadas as denúncias acerca das formas de ocupação da terra e da água, promovidas pelos grandes projetos de desmatamento, mineração e monocultura, promotoras de destruição e de morte para as comunidades do seu entorno.

No encontro supracitado desenvolve-se a visão de mundo no sentido de que a terra não pode ser vista como mero meio de produção, mas como um espaço de produção e perpetuação da vida. E propõe:

1) elaborar subsídios que denunciem o uso de agro-químicos, sementes e produtos transgênicos que agredem a vida, concentra o poder, atrelam a agricultura do Brasil a grandes empresas multinacionais, gerando mais dependência. 2) incentivar a implantação de modelos diferenciados e alternativos de produção e comercialização, de cunho solidário, comunitário, ecológico, sustentável; 3) participar e reforçar movimentos que lutam em defesa da biodiversidade, como forma de resistir e defender a vida das gerações presentes e futuras (CPT, encarte, 1997).

O Congresso também define que

por princípio ético, a CPT quer romper com esse modelo sócio econômico globalizado, predador e excludente que promove e se beneficia da privatização e mercantilização da água. Junto com a mulher e o homem do campo, a CPT reafirma seu compromisso com uma agricultura saudável, socialmente justa, economicamente adequada e ecologicamente equilibrada, que respeite a terra, as águas e o ser humano. A democratização da água e da terra é condição necessária para este tipo de agricultura e propõe uma série de ações prioritárias que garantam a preservação (**conservação**) da água e do meio ambiente (Idem) (Grifo nosso).

A postura ética preconizada pela CPT é claramente contra o neoliberalismo, as tese do grande capital e a favor de uma nova racionalidade sócio-ambiental,

conforme propostos por Enrique Leff e Antônio Carlos Diegues, entre outros e apresentado no Capítulo 1 desta dissertação, na qual as mulheres e homens que vivem na/da terra e água sejam protagonistas nas discussões, deliberações e encaminhamentos das questões referentes a tudo que diz respeito às áreas historicamente ocupadas por estes sujeitos, às políticas públicas de agricultura, educação, cultura, direitos humanos etc.

Em 1992, a CPT participou, em Vitória (ES), da Reunião de Movimentos Populares de 27 países que prepararam a pauta de suas reivindicações à ECO 92¹³. A Conferência se chamou *Terra, Ecologia e Direitos Humanos*. Esta Conferência produziu a Declaração de Vitória: *Em defesa da vida e dos povos*. A referida declaração afirma que na raiz dos problemas apontados está:

a injusta estrutura fundiária vigente em nossos países. O modelo de desenvolvimento capitalista – concentrador de terra, renda e tecnologia – é responsável pela degradação do meio ambiente, cujo exemplo mais dramático é a devastação da Amazônia nos últimos 25 anos (p. 8-9)

As regionais da CPT na Amazônia Ocidental continuaram com suas ações e denúncias. O Seminário sobre a *Questão da Terra e a CPT* nos anos noventa do século vinte, ocorrido em 1994, assumiu a condenação dos desmatamento e queimadas no Acre: “Condenamos a retomada do desmatamento e queimadas das florestas em várias regiões do país, especialmente no Acre, onde milhares de hectares da Floresta Amazônica estão virando cinza” (CPT, 1994, p. 4-5). Por conta dessa postura em defesa da floresta e apoio aos seringueiros que promoviam "os

¹³ Encontro realizado no Rio de Janeiro no ano de 1992, intitulado *Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* para discutir, entre outras, a temática desenvolvimento sustentável. Apesar de ter produzido propostas interessantes em relação a conservação do meio ambiente, poucos foram os resultados concretos. Houve resistência de governos e grupos, notadamente dos Estados Unidos e do Japão que, desejosos em manter seus lucros, recusam-se em cumprir as orientações e/ou acordos firmados.

empates" para evitar derrubadas de florestas, lideranças da CPT como o Pe. Paolino Baldecere e a Irmã Regina sofreram ameaças de morte.

De acordo com as lideranças nacional e estadual da CPT, a ação dos Ribeirinhos no Amazonas tem contribuído bastante na construção de uma consciência maior acerca da questão ambiental no Amazonas. Por conta deste envolvimento, tem-se conseguido a “aprovação de leis municipais de preservação (conservação) de lagos, como aconteceu em Itapiranga” (CPT, 1995, p. 9).

A CPT Amazonas também se envolveu com a problemática da construção do gasoduto que transportará o gás natural de Urucu. “A CPT mobilizou as comunidades que vão ser atingidas, organizou seminários e debates e uma série de ações para que a população tomasse conhecimento dos impactos que o projeto provocará” (CPT, 1998, p.8-9).

Ainda de acordo com as informações das lideranças nacionais da CPT, no Amapá, a Organização denunciou a Chamflora, indústria de papel e celulose que adquiriu imensas áreas de terra, fazendo pressão sobre as comunidades existentes na região e destruindo a vegetação nativa para o plantio de eucalipto, ameaçando o frágil ecossistema da pré-Amazônia, na área de transição do ecossistema do cerrado para o ecossistema amazônico, locais bastante ameaçados pelo desmatamento por estarem situados na fronteira de expansão da monocultura da soja, do milho, da pecuária extensiva etc. O estudo de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto ambiental (RIMA) que aprovou o estabelecimento da indústria estavam eivados de incorreções. As comunidades com o apoio da CPT, depois de muita luta, conseguiram ver seus direitos garantidos (CPT, 1996, p. 8).

O levantamento documental feito e a sua análise evidenciam a preocupação da CPT com a questão sócio ambiental no Amazonas. Apesar da preocupação com

esta temática estar mais evidente na Amazônia, a Organização, como um todo, tem se debruçado sobre ela.

3.3 Visão de mundo, visões de mundo: em busca do futuro

A CPT, que nasceu em meio aos conflitos decorrentes do avanço do capital sobre a Amazônia no final da década de 1960 e 1970, tem se posicionado contrariamente à racionalidade do grande capital posto em prática no Brasil e, de modo particular, na Amazônia há séculos, tendo se intensificado nas três últimas décadas por conta do avanço das teses hegemônicas da nova face do capitalismo: o neoliberalismo. O Estado, que deveria cuidar e proteger a todos, indistintamente, conforme garante a Constituição Federal do Brasil, apequena-se ante a onda neoliberal, deixando exposta a face mais frágil da sociedade: as mulheres e homens que historicamente viveram na/da terra e águas.

Estudos como os de Celso Furtado (2002), Octávio Ianni (1999) e Perry Anderson (1996), entre outros, confirmam o caráter excludente da lógica capitalista para as comunidades que, contrapondo-se às teses hegemônicas, tentam resistir com suas formas de produzir e se relacionar com a natureza, suas manifestações culturais e sua atuação política. Nestes movimentos, dir-se-ia, movimentos de vida e pela vida, a racionalidade do grande capital enxerga ameaça e procura destruir, de maneira articulada, sistemática e intencional, toda e qualquer forma organizativa alternativa. A omissão da maior parte dos membros do poder público ante as ameaças e assassinatos de lideranças comunitárias, a questionável imparcialidade do aparelho jurídico do Estado brasileiro que pune ferozmente as lideranças comunitárias e faz vista grossa aos representantes do grande capital, a ênfase que os grandes veículos de comunicação de massa dão ao agronegócio e à monocultura

e, por outro lado, o quase completo obscurantismo ao abordar as ricas experiências da agricultura familiar e das cooperativas de produção comunitárias, são exemplos dos enfrentamentos hodiernos da CPT.

Enquanto organização da sociedade civil e do terceiro setor, a CPT aproxima-se da concepção gramsciana de sociedade civil, na medida em que, conforme defende Antonio Gramsci (1979), a sociedade civil busca a construção de sujeitos histórica e socialmente ativos e organizados que procuram conquistar seus espaços via métodos democráticos e participativos, subtraindo-os, progressivamente à esfera de influência da burguesia.

O autor supracitado, além de denunciar as mazelas do capitalismo, defende que as classes subalternas devem dar especial ênfase à criatividade e à capacidade de iniciativas como estratégias de resistência à opressão e, paralelamente, construir caminhos para sair da submissão, reinventando as bases de uma nova sociedade. Neste particular fica evidente a aproximação da CPT com as teses de Antônio Gramsci. Todo o sentido da luta da CPT é a construção de formas novas de relações nas quais as comunidades que vivem na/da terra e água possam viver de maneira autônoma.

Antônio Gramsci entende que o ato de governar consiste em buscar o consenso dos governados, mas não apenas como consenso genérico e vago que se afirma no instante das eleições, e sim como consenso organizado, sempre renovado e reinventado.

A CPT é uma organização da sociedade civil e do terceiro setor. O conceito de sociedade civil está na base teórica do chamado terceiro setor, entendido como um vasto conjunto de organizações sociais voltadas para o atendimento das demandas históricas e/ou as atuais dos grupos sociais e unidas por uma mesma

legislação reguladora. Cabe ressaltar, conforme exposto no capítulo 1, a partir dos estudos de Carlos Montaño (2002), a diversidade de concepções acerca do conceito de sociedade civil no âmbito do terceiro setor. Segundo o autor, duas concepções merecem destaque: a) para os grupos de concepção política não conservadora, o terceiro setor é visto como a arena de ações dos grupos sociais empenhados na implementação de políticas públicas originadas das demandas sociais históricas e/ou novas, não prescindindo do apoio do Estado; b) para os grupos adeptos da teoria neoliberal, o terceiro setor é a instância capacitada para substituir o Estado, trocando as ações públicas, permanentes e gerais, por iniciativas tópicas ou locais não necessariamente coordenadas, tendo em vista uma gradual eliminação da responsabilidade estatal para com a questão social. A longa trajetória da CPT na luta pela construção de uma nova racionalidade evidencia sua aproximação do grupo que postula uma concepção política não conservadora.

De acordo com os levantamentos e análises documentais, bem como das entrevistas realizadas, a Amazônia sempre esteve presente nas reflexões e lutas da CPT. Por conta do intenso envolvimento contra a ocupação da terra e das águas na Amazônia associada, a um profundo processo de exclusão das comunidades ribeirinhas, destacados agentes da CPT foram assassinados: Pe. Josimo Moraes Tavares, em 10 de maio de 1986, em Imperatriz, mas com atuação no Bico do Papagaio, hoje Tocantins, Irmã Dorothy Stang, Padre Ezequiel Ramin, em Rondônia, Irmã Adelaide Molinari, no Pará.

Para a CPT nacional, a Amazônia é vista como:

a grande reserva da biodiversidade universal, e como o palco do avanço do capitalismo, com tudo o que traz de devastação e destruição. Hoje a CPT está muito empenhada em dar a maior divulgação possível à Campanha da Fraternidade de 2007 que trata explicitamente da Amazônia (Antônio Canuto, Secretário Nacional da CPT).

A mulher e o homem amazônidas estão no centro das atenções da CPT. Ela reconhece como “legítimos amazônidas em primeiro lugar os povos indígenas. Mas também reconhece como amazônidas os ribeirinhos e extrativistas presentes na região há alguns séculos” (Antônio Canuto, Secretário Nacional da CPT).

Os processos migratórios também constituem motivo de preocupações para a CPT nacional e local.

Milhares de migrantes buscaram a Amazônia como forma de garantir sua sobrevivência. Estes são trazidos para a região pelos processos de colonização tanto públicos, como particulares e que acabaram submetendo estas famílias a situações de risco social intenso. Estes migrantes, além de não terem conhecimento da natureza com a qual irão tratar, ainda são colocados em situações de conflito com as populações originárias. Também levam e levam de garimpeiros buscam a Amazônia atrás do enriquecimento fácil e encontraram na maior parte das vezes, a malária e outras doenças (Antônio Canuto, Secretário Nacional da CPT).

A CPT propugna hoje uma convivência harmoniosa do povo com a natureza. Nos documentos analisados há registros de experiências bem sucedidas nesta direção, como por exemplo, no Acre. Nesta experiência, a convivência com a natureza demonstrou conciliar produtividade, desenvolvimento, conservação e inclusão das comunidades locais no processo. São os conhecidos sistemas agro-florestais (SAFs) que buscam reproduzir as condições da natureza através da atividade humana.

O teor e a contundência das denúncias feitas pela CPT deixam claro que, apesar das conquistas das comunidades com o seu apoio, ainda há muito por fazer. No Estado do Amapá, a organização denuncia a contaminação de águas e de pessoas pela presença de grandes doses de arsênio nos resíduos do manganês explorado pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) no Amapá (CPT, 2000, p.11).

Em várias outras partes do Brasil o fato se repete: nos estados do Nordeste, a CPT tem procurado debater e propor novas formas produzir e viver naquela região:

“Afirmamos que é imprescindível reconhecer a riqueza da biodiversidade da Caatinga, fundamental para toda região e para o país, um ecossistema de vida vegetal, animal e humana tão importante quanto os ecossistemas das outras regiões do país.” (CPT, 1993, p. 2). De modo particular a CPT nordestina tem se empenhado na busca de alternativas para a estiagem prolongada. “A luta pela água no Nordeste, com a construção de cisternas para a captação de água da chuva tem sido uma experiência inovadora que está trazendo mudanças profundas no quadro da vida e das relações na região” (CPT, 1997, p.9).

A CPT também tem participado e promovido debates sobre as políticas públicas de transporte adotadas no Brasil. Neste particular, a organização denuncia os riscos ambientais decorrentes da implantação afoita das hidrovias: “o desastre ecológico que representam as Hidrovias, de modo especial Paraná-Paraguai que envolve diretamente os regionais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a Hidrovia Tocantins-Araguaia precisa ser ponderado” (CPT, 1997, p. 12).

Na região Sudeste do Brasil há frentes de trabalho da Organização que demonstram preocupação com um meio ambiente saudável. No Espírito Santo, a CPT tem ajudado associações de produtores na produção de “produtos limpos, livres de agrotóxicos” (CPT, 1998, p. 7).

No Rio Grande do Sul, a CPT se uniu as outras entidades na Campanha “Por um Rio Grande livre de transgênicos” (Idem, p. 9)

A CPT Nacional esteve na Coordenação do Seminário sobre Agricultura e Meio Ambiente que se realizou em Brasília, 9 a 11 de novembro de 1999, tentando aparar algumas arestas entre ambientalistas e movimentos do campo. Para o Secretário Nacional da CPT, a Organização apresentou, na oportunidade, algumas experiências sobre agro ecologia, associativismo e desenvolvimento local.

A temática do meio ambiente, mais precisamente da água, começou a fazer parte das propostas de luta da CPT ainda na década de noventa do século vinte. Várias caminhadas começaram a ser organizadas, sendo chamadas de romarias, numa clara alusão às peregrinações religiosas. Em alguns lugares essas caminhadas se caracterizavam como Romarias da Terra e das Águas.

As primeiras que enfocaram o tema da água estavam relacionadas com a construção de barragens, como mostramos atrás. Mas a temática da água num sentido mais amplo e completo foi sendo incorporada em diversos Estados do Brasil.

No Ceará, a 5ª Romaria, realizada em Limoeiro, em 1990, tinha como tema e lema: “Terra e Água, Vida para o Povo”. Em 1992, em Alagoas se realizou a 1ª Romaria em Defesa das Águas (Em defesa da Vida no Rio São Francisco). Em Minas Gerais as Romarias também incorporaram todo o debate sobre o rio São Francisco. “Terra e água se unirão”, ocorrida em Manga, MG, em 26 /10/96 (CPT, 1997, p. 20-21).

Este binômio Terra e Água está ficando presente na maioria das atuais Romarias.

Em relação ao tipo de sociedade almejada, a CPT tem uma visão socialista da sociedade em que os bens sejam distribuídos de forma eqüitativa entre todos. Esta visão foi explicitada durante a entrevista com o Secretário Geral da CPT. As Coordenadoras locais da Organização também têm essa visão, apesar de não usarem explicitamente a expressão socialista. Estas deixaram claro que desejam uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Também foi evidenciado que se deseja uma sociedade pluricultural e pluriétnica com o respeito às diferenças. Nessa trajetória, é imperativo que entre mulheres e homens se estabeleçam relações baseadas na igualdade fundamental entre ambos. Nenhuma sociedade verdadeiramente democrática pode prescindir dessas visões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou discutir a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Amazonas (CPT-AM) junto às comunidades ribeirinhas na luta pela posse e demarcação das terras, bem como pela conservação de rios e lagos, procurando deslindar sua visão de mundo bem como a prática social decorrentes da sua intervenção.

A compreensão da visão de mundo e da prática social de sua intervenção nos pareceu oportuno na medida em que a realidade sócio-ambiental no Estado do Amazonas nos desafia a construirmos caminhos que levem a uma nova racionalidade, diferente desta que tem sido produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista geradora de pobreza, desigualdade e violência.

A CPT enquanto organização do Terceiro Setor que historicamente sempre esteve associada à luta pela posse da terra e sua propriedade pra quem nela vive e trabalha, diante das especificidades da região amazônica, incorporou de maneira intensa, em sua práxis, a defesa dos rios e lagos bem como das populações que neles vivem e trabalham.

A racionalidade hegemônica hodierna, fruto de séculos de aperfeiçoamentos e de transformações do modo de produção capitalista sem, no entanto, mudar sua lógica excludente, impõe à sociedade padrões extremamente perversos. Estes padrões apresentam basicamente três aspectos centrais: a) o econômico e sua faceta atual: o neoliberalismo; b) o político, diretamente associado ao econômico, caracterizado pelo apequenamento do Estado frente às demandas históricas e/ou atuais da sociedade civil; c) o social marcado pelas profundas desigualdades sociais e d) o cultural, impregnado pela asfixiante teia da globalização impõe a esta mesma sociedade. A adequada compreensão desses aspectos pressupõe um processo investigativo no qual possam ser abordados de forma conjunta, observando-se a

estreita relação entre os mesmos. Nessa trajetória de busca de compreensão dessa complexa realidade, procuramos nos basear nos estudos de Celso Furtado (1999), Octávio Ianni (1999), Marshall McLuhan & Bruce Powers (1988) e outros.

Constatou-se que outro aspecto extremamente negativo para as populações locais é a mundialização da economia, entendida como o resultado da manipulação das relações de produção por parte dos diversos agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial. O grande capital desconsidera qualquer limite ético nas suas relações. Meio ambiente, grupos humanos cultura e tudo o mais são encarados como meros empecilhos à razão de existir do grande capital: o lucro. Nesse sentido, as populações locais, mormente as tradicionais vêm, a cada dia, os exíguos recursos garantidores de sobrevivência, lhes serem subtraídos para atender às exigências desse mesmo grande capital.

Diante desses dilemas e inspirada nos estudos de Enrique Leff (2000), Antônio Carlos Diegues (2000) e outros, a CPT preconiza uma alternativa em ao modelo hegemônico neoliberal, identificada como sócio-ambiental na qual o Estado deva se fazer presente como parceiro das comunidades no desenvolvimento de projetos e implementação de políticas públicas de saúde, educação, moradia etc.; investimentos na agricultura familiar e outras modalidades produtivas que incorporem a mulher e o homem das comunidades rurais e ribeirinhas; na (re)valorização dos saberes e das culturas locais, além de possibilitar a participação democrática de todas e todos na construção desses novos caminhos. Nessa trajetória, a sociedade civil pode e deve fazer-se presente e atuante na construção dessa nova realidade. A CPT-AM comunga dessa idéia, na medida em que compreende que este mundo sonhado não nos é dado; ele deve ser construído.

Antônio Gramsci nos pareceu ser quem melhor conceituou sociedade civil. Ele esclarece que sua construção deve operar-se a partir de um consenso dos governados. Entretanto, esse consenso não deve ser apenas genérico como o que se observa no instante das eleições, e sim um consenso organizado. Esta postura consensual pode e deve ser educada através das experiências oriundas das comunidades e suas vivências. Para o autor, o Estado deve ser o principal motor de agregação e unificação de diferentes grupos. Nesse sentido, a política é vista como o lócus da ética do coletivo na medida em que possibilita a viabilização da integração do público e do privado, dos interesses particulares e da vontade geral, do Estado e da sociedade.

Esta idéia de sociedade civil faz parte do conceito de terceiro setor. Hodiernamente, tem se verificado uma tentativa de associar a idéia de sociedade civil à idéia de terceiro setor. O primeiro setor seria o Estado e o segundo setor o mercado. O terceiro setor apresentaria características de ambos. Portanto, genericamente, o terceiro setor é visto como derivado de uma conjugação entre as finalidades do primeiro setor e a metodologia do segundo, ou seja, composto por organizações que visam benefícios coletivos, são de natureza privada, embora não sejam integrantes do governo e não objetivem lucros.

A CPT é uma organização da sociedade civil e do terceiro setor que atua em todas as regiões geográficas do Brasil, inclusive na Amazônia e, em particular, no Estado do Amazonas, onde é conhecida como Comissão Pastoral da Terra no Amazonas (CPT-AM). A CPT surgiu na década de 70 do século XX, em pleno regime militar, no seio da Igreja Católica, notadamente das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). No Amazonas, o surgimento da Organização está associado às lutas contra a subordinação das populações locais ao grande capital e ao latifúndio

na Amazônia. Com o advento do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), na década de 60, o problema fundiário na região ganhou visibilidade, devido ao intenso fluxo migratório para a Manaus e arredores. Nesse contexto a cidade de Manaus passou por um processo de hipertrofia urbana, aprofundando a problemática ambiental e social no seu perímetro urbano e no entorno, com reflexos em vários municípios do interior do Estado do Amazonas.

Um dos principais problemas vivenciados no período em questão refere-se à pesca comercial sobrepujou a pesca de subsistência, a terra antes pouco usada para a pecuária, gradativamente, transformou-se em alvo de grandes fazendeiros voltados para a criação de gado objetivando abastecer o centro urbano em crescimento contínuo. Neste contexto a CPT Amazonas passou a questionar não só a questão fundiária, como também a problemática decorrente do uso inadequado dos rios e lagos em todo o Estado.

Evidencia-se, portanto, que o projeto sócio-ambiental da CPT-AM é uma alternativa ao projeto neoliberal gerador de violência, degradação ambiental e empobrecimento das populações locais verificados atualmente.

Constatou-se que a CPT, organização do terceiro setor que historicamente sempre esteve associada à luta pela posse da terra e propriedade da terra para quem nela vive e trabalha, diante das especificidades da região amazônica, incorporou de maneira intensa em suas lutas a defesa dos rios e lagos e de projetos sócio-ambientais por entender serem essas questões vitais para a continuidade da vida de maneira digna para as populações locais.

A CPT e a CPT-AM acreditam, desejam e defendem uma nova racionalidade sócio-ambiental na qual o Estado deva se fazer presente como parceiro das comunidades no desenvolvimento de projetos e implementação de políticas públicas

de saúde, educação, moradia, investimentos na agricultura familiar e outras modalidades produtivas que incorporem a mulher e o homem das comunidades rurais ribeirinhas.

Observou-se também que a CPT e a CPT-AM buscam a (re) valorização dos saberes das populações tradicionais e o fazem através de uma práxis que vai em direção a uma participação democrática de todas e de todos na construção desses novos caminhos.

Em relação ao tipo de sociedade almejada, a CPT e a CPT-AM, apesar de não explicitarem literalmente este conceito, demonstram ter um uma visão que se aproxima das teorias socialistas, na medida em que desejam ver os bens distribuídos de maneira eqüitativa entre todas e todos. Suas lideranças deixaram claro que desejam um sociedade justa fraterna e igualitária. Também foi evidenciado que se deseja uma sociedade pluricultural e pluriétnica, onde impere o respeito às diferenças. Nessa trajetória, é imperativo que entre homens e mulheres estabeleçam relações baseadas na igualdade fundamental entre ambos. Nenhuma sociedade verdadeiramente democrática pode prescindir dessas visões.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Pulo: Martins Fontes, 1998, p. 375.

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor: o dialogismo polêmico**. 2002. Tese (Doutorado em Administração). FGV/EAESP, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

BALDUÍNO, Dom Tomás. **Como surgiu a CPT**. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em: 02 de jan. de 2006.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOFF, Leonardo, BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRITTO, Ana Alice. **Histórico da CPT no Amazonas**. Disponível em: <<http://www.cptam.org.br>>. Acesso em 05 de jan. de 2006.

BRUSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável, in CAVALCANTI, Clóvis. (org), **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Rio de Janeiro, Cortez, 2003.

BUARQUE, Sérgio C. **Material didático**. Disciplina “Tecnologias de Gestão do Desenvolvimento Local. Mestrado Profissional em Administração- MPA/NPGA, Salvador, 2000.

CANUTO, Antônio. **História da CPT**. Goiânia, 25 jun./2006. Entrevista concedida a Iracelma Magalhães da Costa Marques.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. A transformação Organizacional das ONGs no Brasil: um processo de isomorfismo com as ONGs do Norte. IN: **Encontro Nacional de Estudos Organizacionais** (ENEO), I, 2000, Recife. (Anais) Recife: Observatório da Realidade Organizacional, PROPAD/UFPE, ANPAD.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/USP, 2000.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CINCO desafios à vida na Terra. **Revista Planeta**. São Paulo. Set./2006, p. 43-53.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Queremos terra para cuidar dela. **Boletim**. N. 18, set/out de 1978.

_____. **Boletim**. N. 24, set/out de 1979.

_____. **Boletim**. N. 30, set/out de 1980.

_____. **Boletim**. N. 66, set-out de 1986.

_____. **Boletim**. N. 71, jul/ago de 1987.

_____. **Boletim**. N. 73, nov/dez de 1987.

_____. **Carta Final e Linhas de Ação**. Boletim N. 83 de jul/ago de 1989, encarte.

_____. **Boletim**. N. 85, nov/dez de 1989.

_____. **Boletim**. N. 93, mar/abr de 1991.

_____. **Boletim**. 95, jul/ago de 1991.

_____. **Boletim**. N. 100, mai. De 92.

_____. **Boletim**. N. 111, maio de 1993.

_____. **Boletim**. N.114, agosto de 1993, encarte.

_____. **Boletim**. N.115, setembro de 1993.

_____. **Boletim**. N. 125, out/ nov de 1994.

_____. **Boletim**. N. 130, jun/jul de 1995.

_____. **Boletim**. N. 131, ago/set de 1995, encarte.

_____. **Boletim**. N. 135, jun/jul de 1996.

_____. **Boletim**. N. 141, abril de 1997.

_____. **Boletim**. N. 143, junho de 1997.

_____. **Boletim**. N.144, julho de 1997.

_____. **Boletim**. N.145, ago. de1997, encarte.

_____. **Boletim**. N. 150, jan/fev de 1998.

_____. **Boletim**. N. 151, mar/mai de 1998.

_____. **Boletim**. N. 159 - mai/jul de 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **O que é pastoral social**. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index>>. Acesso em: 12 Jul. 2006.

CRISE hídrica ameaça ricos. **A Crítica**. Caderno Cidades. 20 ago./2006, p. A24.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB-USP; ANNABLUME, 2000.

FALCONER, Andrés. **Estratégias de empresas no Brasil: atuação social e voluntariado**. Parceria entre o Programa Voluntários e CEATS-USP, SENAC-SP, GIFE e CIEE. São Paulo, 1999.

FARAH, Martha. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, Jan/Fev, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Novos arranjos organizacionais possíveis: o fenômeno da economia solidária em questão. **Organizações e sociedade**. EAUFBA, N. 20, jan.-abr./2001, p. 50-58.L

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GÊNESIS. Português. In: **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopedia Britânnica, 1980. p. 08. Edição Ecumênica. Bíblia. A. T.

GHON, Maria da Glória. Movimentos Sociais e ONGs no Brasil na era da Globalização. IN: _____. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Il Risorgimento**. Torino: Editori Riuniti, 1979.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios 2001**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jan./2006.

KISIL, Marcos. **The new face of brazilian philanthropy**. London: Aliance extra, 2005.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável. Blumenau: Edifurb, 2000.

LEILAH, Landim. **A invenção das ONG's, do serviço invisível à profissão se nome**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional. Tese de doutorado, 1993.

LEWI-STRAUSS. **Mito y significado**. Barcelona: Alianza cultural, 1962.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et all. **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOWI, Michel. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1988.

MARQUES, Dorli João Carlos. **A pedagogia subjacente ao Programa Criança Urgente**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. PPGSCA/UFAM. Manaus (mimeo), 2005.

MCLUHAM, Marshall & POWERS, Bruce R.. **The Global Village**: Transformation in World Life and Media in the 21 st. Century. Oxford University Press: New York-Oxford, 1989, pp. 95 e 118.

MELO, Adriana Almeida Sales. Apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de educação e sociedade. **Revista ETD**, v. 3, n. 2, p. 55-70. jun. 2002: Campinas-SP.

MENDES, Luís Carlos Abreu. Visitando o “Terceiro Setor (ou Parte Dele)”. IPEA. Texto para discussão n. 647. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 10 Abr. 2003.

MEDINA, Miriam. **Participação e Espaço Urbano no contexto colombiano**. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1997.

MINAYO. M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998

MONDIN, B. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Teoria das representações sociais**. Petrópolis:Vozes, 1974.

OLIVA, Alberto. **Conceito de sociedade civil organizada**. Disponível em: <[www.negocional.com.br/ sociedade civil organizada.htm](http://www.negocional.com.br/sociedade_civil_organizada.htm)>. Acesso em: 07 Ago. 2004.

POLETTTO, Ivo. **Aos 25 anos, uma documentação do tempo germinal em que nasceu a CPT**. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. de 2006.

POTRELLA, Ricardo. **O Manifesto da Água: argumentos para um contrato mundial**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROESCH, Sylvia. Gestão de ONGs-Rumo a uma agenda de pesquisas que contemple a sua diversidade. IN: **Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD)**, XXVI, 2002, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2002.

REDCLIFF M. & BENTON T. **Social theory and the global environment**. London: Routledge, 1994.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTANA, Maria das Graças Firpo Sandes. **Organizações Não Governamentais no Brasil**: um estudo de caso. 1992. Dissertação (Mestrado em Administração – Escola de Administração) UFBA, Salvador, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs latino-americanas construindo redes cidadãs. IN: **Cidadania sem fronteiras**: Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHIOCHET, Valmor. Sociedade Civil e democracia: dimensão histórica e normativa da sociedade civil como uma esfera autônoma em relação ao mercado e ao Estado. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 151, p. 59-72, Mai/Jun. 1994.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. In **Search of the non-profit sector I: The question of definitions**. *Voluntas*, v. 3, n. 2, 1992.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci**. *Educ. Soc.* [online]. abr. 1999, vol.20, no.66 . Acesso em : 26 Set 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=>>.

SOARES, Luís Eduardo. Muito além do mercado. IN: COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

SPÍNDOLA. Enriqueta Lisboa. **O ribeirão ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Dissertação de Mestrado, 1997.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ongs: Principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

TUPINAMBÁ, Helena Tereza Ferreira. **As novas formas de intervenção da natureza e nas Sociedades da Amazônia: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. Manaus: Universidade do Amazonas. Monografia de Bacharelado, 2000.

VESENTINI, J. William. **Geografia Crítica**. São Paulo: Moderna, 2002.

VILLAS BOAS, Renta. Os canais institucionais de participação popular. IN: VILLAS BOAS, Renata.(ORG.) **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Polis, 1994.